



Universidade Estadual de Maringá  
Centro de Ciências Exatas  
Departamento de Física

Trabalho de Conclusão de Curso

## **Análise do Novo Ensino Médio e a compreensão das TDICs segundo a BNCC**

Acadêmico: Luana Gonçalves

Orientador: Prof. Dr. Breno Ferraz de Oliveira

Maringá, 23 de março de 2023



Universidade Estadual de Maringá  
Centro de Ciências Exatas  
Departamento de Física

Trabalho de Conclusão de Curso

## **Análise do Novo Ensino Médio e a compreensão das TDICs segundo a BNCC**

Monografia apresentada ao Departamento de Física da Universidade Estadual de Maringá, sob orientação do professor Dr. Breno Ferraz de Oliveira, como parte dos requisitos para obtenção do título de licenciada em Física.

Acadêmico: Luana Gonçalves

Orientador: Prof. Dr. Breno Ferraz de Oliveira

Maringá, 23 de março de 2023

# Sumário

Agradecimentos	ii
Resumo	iii
Introdução	1
<b>1 Construção histórica</b>	<b>3</b>
1.1 Cenário . . . . .	3
1.2 Exposição de Motivos . . . . .	4
1.3 Lei Novo Ensino Médio . . . . .	8
<b>2 Base Nacional Comum Curricular</b>	<b>13</b>
2.1 BNCC . . . . .	13
2.2 Ciências da Natureza e suas Tecnologias e as TDICs . . . . .	19
<b>3 Entrevista e Análise</b>	<b>23</b>
3.1 Perguntas e Entrevistados . . . . .	23
3.2 Respostas e Análise . . . . .	24
<b>Considerações Finais</b>	<b>38</b>
<b>A Respostas dos entrevistados</b>	<b>40</b>
<b>Referências Bibliográficas</b>	<b>55</b>

# Agradecimentos

Meu sinceros agradecimentos ao prof. Dr. Breno Ferraz de Oliveira pela orientação durante a produção do trabalho e pelo incentivo neste período da graduação.

Aos meus amigos que ingressaram comigo juntos na graduação, especialmente a elas, Carolina, Julia, Larissa e Zainab. Que apesar de cursos distintos sempre se fizeram presentes de alguma forma. Muito Obrigada!

A todos os meus amigos do curso que, mesmo sendo poucos, estavam juntos em sala, trabalhos, apresentações e dias exaustivos. À Nuria, Vitória e Cristhian que persistiram até o fim juntos em sala. À Amanda, Ana, Ariane e Vinicius que mesmo não estando juntos em sala, construíram lá no início grande importância. Fazendo tudo ser muito mais leve. Obrigada pelo suporte!

Agradeço também ao Gabriel, que sempre esteve presente ao meu lado desde o início da pesquisa e do estudo. Todos os dias esteve me guiando e mostrando o melhor caminho a seguir. A ele e toda sua família, que já se tornaram minha família também!

A todos os professores entrevistados que contribuíram na construção e no desenvolvimento do trabalho. Obrigado. Toda gratidão aos meus professores do Ensino Médio, que até hoje se fazem presentes e dispostos a me ajudar. Foram fundamentais neste processo, me apoiando sempre, muito obrigado!

À professora Dr. Hatsumi Mukai, muito obrigada pela coordenação de monografia e auxílio na organização do todo.

E por último, mas não menos importante, gostaria de agradecer minha família pelo apoio e incentivo contínuo. Minha mãe Inez, meu pai, Edivaldo, e também, ao meu irmão Leonardo que foi essencial neste caminho.

# Resumo

Neste trabalho será apresentado uma estudo realizado a partir da Reforma do Novo Ensino Médio. Primeiramente e de forma breve, os fatos históricos serão introduzidos para uma melhor contextualização. Em seguida, serão demonstradas as justificativas divulgadas anteriormente a implementação da Lei com os devidos porquês, de modo que, cada artigo da Lei Novo Ensino Médio será pontuado para demonstrar a sua total teoria referente as escolas. Ademais, tem-se que a apresentação da BNCC se faz necessária também, pois fora recentemente atualizada na Reforma. E, ao fim, a entrevista com os professores da rede pública para atestar a veracidade das questões teóricas, de forma prática na sala de aula com os alunos.

**Palavras chave:** reforma do Ensino Médio, escolas, professores.

# Introdução

No [capítulo 1](#), inicialmente será feita uma breve apresentação dos fatos históricos para entender em qual situação temporal a Reforma do Ensino Médio foi inserida. Na sequência, serão expostos os motivos, advindos da Exposição de Motivos [\[1\]](#), que levaram a implementação do Novo Ensino Médio, trazendo as justificativas da referida implementação. Cabe ressaltar que com a instituição da Medida Provisória (MPV ou MP) [\[2\]](#) em meados de 2016, os motivos se mostraram ser essenciais para a concretização da Reforma e da Lei do Novo Ensino Médio [\[3\]](#). Embora marcada por polêmicas e revoltas contrárias a sua imposição, a Lei foi aprovada no início de 2017.

A intenção era criar um Ensino Médio padrão que fosse mais acessível à todos, de modo a guiar os alunos seguindo a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) [\[4\]](#). Com isso, promover qualidade de ensino e educação dentro das escolas de maneira contínua, instaurar um sistema de avaliação sistematizado e ajustar os recursos igualmente para as escolas em geral [\[5\]](#).

Em vista disso, o Novo Ensino Médio é pautado por críticas. De acordo com autores escritores sobre o assunto, existe a necessidade, implícita na Lei, de querer corrigir as disciplinas excessivas que não condizem com a juventude e também com o mercado de trabalho posteriormente [\[6\]](#). A fim de aumentar os índices de desempenho e reduzir a evasão escolar. Além disso, existe uma outra tentativa aumentar a carga horária escolar, uma vez que não há disponibilidade na maioria das escolas para um período integral, contrário a ideia de implementar um padrão para todas as escolas [\[7\]](#).

Na sequência, no [capítulo 2](#) será tratado o desenvolvimento dos novos aspectos nas alterações dentro da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) [\[8\]](#). A Reforma na BNCC traz um caráter informativo para a educação básica, garantindo o direito da mesma, baseado-se em competências e habilidades para que o aluno cumpra ao final do seu ciclo no Ensino Médio.

Ainda, sobre a BNCC, terá um ênfase para a parte voltada às tecnologias. As chamadas Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) propõem adicionar as escolas essa era digital, com investigações e comunicação para com aplicativos e softwares que possam garantir um suporte no estudo e aprendizado. Tando as competências quanto as próprias áreas dos itinerários formativos carregam tecnologias em seus nomes, demonstrando a forte presença da citada área [\[7\]](#).

Após toda a discussão teórica, o [capítulo 3](#) será marcado pela parte prática. Foram realizadas entrevistas com professores da rede pública de educação, os quais marcam trouxeram acontecimentos presentes na realidade das escolas atualmente. Através de cinco questionamentos, cada um respondeu ao que cada um vive dentro da sua escola de atuação.

Com base as respostas, fora feito a análise, comparando o ponto de vista dos professores com os referenciais teóricos vigentes. Dessa forma, cada resposta será esmiuçada, unindo as informação relatadas pelos professores com as opiniões e ideias trazidas nos referenciais

de autores comentadas anteriormente.

Por fim, serão apresentadas algumas [conclusões](#), discussões e perspectivas futuras. De antemão, assim como o último entrevistado afirmou, das comparações e análises feitas, infere-se que existe uma situação “aterrorizante”, nas escolas. E que causa uma “estranheza” aos professores, conforme o penúltimo professor expõe, devido a carência de informações e fontes sobre o que será feito, sendo que tal situação pode ser agravada entre os alunos. Desse modo, para a educação básica alcançar de fato uma melhora, a preocupação e atenção devem estar presentes da forma correta, principalmente agora dentro do Novo Ensino Médio.

# Capítulo 1

## Construção histórica

### 1.1 Cenário

Neste presente capítulo, como já exposto, será feito uma retomada de fatos históricos e sociológicos. Em que permeará uma busca por acontecimentos que antecedem a instituição da Lei da Reforma do Ensino Médio. E, por meio disso, serão apresentados os motivos e justificativas da Reforma, procurando entender como ela foi sendo formada ao longo do tempo.

Inicialmente, é necessário compreender que o Estado assumiu o papel de garantir a educação como direito de todos. Isto pode também ser interpretado como um campo de disputas com intencionalidades políticas, com intenção de formular posições mais alinhadas com as demandas do mercado. Por sua vez, o mercado acaba minimizando o papel do Estado nas políticas públicas da educação, podendo dessa forma não assegurar o acesso à educação para todos [9].

Desse modo, é preciso entender o contexto o histórico e analisar a política, uma vez que esta influencia totalmente a forma como a educação é ministrada em determinado momento e lugar. Neste âmbito, importante remorar que com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), inseridos no governo do Fernando Henrique Cardoso (FHC), observava-se a delimitação ao redor de habilidades e, conseqüentemente, se perdia a dimensão e orientação das políticas públicas [9].

Posteriormente, tem-se que, após o processo de impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, a Lei do Novo Ensino Médio foi inserida no governo de Michel Temer. Este, mesmo diante de tamanha instabilidade política - presença de políticas educacionais re-direcionadas, programas interrompidos, esvaziamentos e modificação de alguns conselhos, como o Conselho Nacional de Educação, instituiu a Medida Provisória (MPV ou somente MP) [2] 746/16 a fim de anteceder a Reforma, como aponta Ostermann e Rezende [10].

Da mesma forma que as explicações na Exposição de Motivos [1], da instituída MPV, são justificadas. O documento MPV, de maneira geral, almeja também dispor sobre as justificativas da nova organização dos currículos do Ensino Médio, bem como ampliar progressivamente a jornada escolar deste nível e criar a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral [6].

No mesmo período em que a MPV 746/16 foi instituída, havia também outra proposta do Governo Federal. A Proposta de Emenda à Constituição - PEC 241/2016 ou PEC 55/2016, versa sobre a implementação de um novo regime fiscal, sendo instaurada e posteriormente aprovada no Senado, se tornando a Emenda Institucional 95/2016 [11].

Como resultado desse conjunto de fatores, ocorreram diversas revoltas dos segmentos

sociais ligados a educação. Entre elas, cita-se a ocupação de escolas, universidades e núcleos de educação, contrários a MPV. Todavia, com a repressão dos referidos movimentos sociais, a da Medida Provisória foi aprovada em meados de dezembro de 2016, segundo dados de Karen e Aldimara [12].

Além disso, cumpre informar que a Reforma propõe desenvolver-se ao redor dos quatro pilares de Jacques Delors, que são: “aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser”. Busca-se, dessa modo, uma ampla formação do jovem, em aspectos cognitivos como socioemocionais, fundamental para tornar o ambiente escolar mais atrativo e evitar as taxas de evasão e abandono [7].

Após a contextualização histórica exposta acima, no tópico seguinte será esmiuçada a construção acerca das propostas acerca do Novo Ensino Médio. Será desenvolvido as justificativas da sua implementação, cada ponto levantado na Lei, seguido do entendimento do documento da BNCC e as diferenças trazidas para o Ensino Médio, baseando-se também em autores sobre o tema.

Em suma, será possível comparar e analisar as entrevistas feitas com os professores das escolas atuantes do Novo Ensino Médio. Os relatos servirão como um encontro final, com o exposto na teoria e com outros autores que serão citados com todo o estudo de caso.

## 1.2 Exposição de Motivos

É importante mencionar que a MPV tem por objetivo a mudança vinda de duas ordens, por meio de organizar o currículo do ensino médio e também para visar o financiamento público desta etapa da educação básica [7]. Dentre os motivos apontados na Exposição de Motivos, devidamente assinado pelo Ministro de Estado da Educação, [1] é conveniente citar conter um total de vinte e cinco itens.

É expresso inicialmente a proposta de ampliar a jornada nas escolas e a ideia de o Ensino Médio. Além disso, a ideia é realizar a continuidade e aprofundamento dos conteúdos do ensino fundamental, como demonstra em [1].

*[...] dispor sobre a organização do ensino médio, ampliar progressivamente a jornada deste nível de ensino e criar Política de Fomento à implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.*

*[...] aprofundar conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, como formar indivíduos autônomos [...]*

*As Diretrizes Curriculares do Ensino Médio, criadas em 1998 e alteradas em 2012, permitem a viabilidade de diversificar 20% do currículo, mas os Sistemas Estaduais de Ensino não conseguiram propor alternativa de diversificação, uma vez que a legislação vigente obriga o aluno a cursar treze disciplinas.*

Os determinados motivos apontados revelam ainda querer corrigir esse número excessivo de disciplinas durante o Ensino Médio de certa forma a se melhor adequarem ao mundo do trabalho, como diz Monica Ribeiro [7]. E, além disso, é perceptível desde os primeiros motivos já citados, a presença dessa necessidade da ampliação de permanência nas escolas durante o Ensino Médio, ou seja, em tempo integral. Contudo um dos primeiros fatores a se levar em conta é que a maioria das escolas públicas estão lotadas tanto no período matutino quanto vespertino e algumas até no noturno, logo ocasiona-se

a questão, como as escolas iriam atribuir essa carga horária adicional, ou melhor, essa nova carga horária obrigatória?

O que é possível expor, segundo Ferreti e Silva [6], é que o Brasil era o único país ainda com o mesmo caminho formativo e com a mesma estrutura curricular abrangendo a totalidade de treze disciplinas de forma sobrecarregada e assim responsável pelo desinteresse e baixo desempenho aos alunos. Pode-se levar em conta ainda de que no país apenas 17% dos alunos após concluírem o Ensino Médio estão ingressando no ensino superior, considerando que mais da metade deste percentual das matrículas está na educação profissional.

Os próximos determinados motivos, do quarto até o nono motivo presentes na Exposição, revelam um caráter explicativo. Informações se desenrolam ao considerar o currículo extenso e superficial, de antes da Reforma, e que não dialoga com a juventude. Em que no Ensino Médio a maioria dos jovens nem comparecem às escolas, ou mesmo se estiverem dentro possuem baixos desempenhos.

Ainda relata que “Em relação a matrícula, somente 58% estão na escola com a idade certa (15 a 17 anos). Do total de matriculados, 85% frequentam a escola pública, e destes, por volta de 23,8% estudam no período noturno [...]”, apresentando um baixo índice nos alunos em estarem na idade certa durante os anos do Ensino Médio. Também é apontado os níveis do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) que indicam 41% dos alunos matriculados no Ensino Médio apresentam péssimos resultados educacionais. Outro índice indicativo de precariedade é segundo o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e o Sistema de Avaliação de Educação Básica (SAEB). Para o IDEB, indicando o nível de desempenho e médias, o Brasil alcançou a nota de 5,2 de 10, em 2001. Logo, para 2021 o índice se encontra distante cerca de 28,8% do mínimo esperado já que desde 2011 se mostra estagnado. E para o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), teremos que [1]:

*Nos resultados do SAEB, o ensino médio apresentou resultados ínfimos. Em 1995, os alunos apresentavam uma proficiência média de 282 pontos em matemática e, hoje, revela-se o índice de 267 pontos, ou seja, houve uma queda de 5,3% do desempenho em matemática neste período. Os resultados se tornam mais preocupantes, observando o desempenho em língua portuguesa: em 1995, era 290 pontos e, em 2015 regrediu para 267, uma redução de 8%.*

As justificativas propostas, demonstram uma tentativa de buscar explicações para determinada ação da MPV. Trazendo à tona a preocupação com o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) que está congelado desde 2011 e que obtém os menores índices em Língua Portuguesa e Matemática desde 1997, segundo representantes do Ministério da Educação (MEC) [6]. Advém também os participantes de audiências públicas sobre o presente estudo, Rossieli Soares da Silva, Maria Helena Guimarães de Castro e José Mendonça Benzerra Filho, que ressaltam que alguns modelos de ensino médio como na Austrália, Coreia do Sul, Finlândia, França, Portugal e Inglaterra, em que todos, possuem a base comum de apenas um ano. Ou seja, concluindo que o currículo brasileiro não agrada a maioria dos estudantes por carregar essa base comum sobrecarregada.

Diante de como já foi dito, em relação a porcentagem de ingresso para um ensino superior, tem como resultados baixos números devido tanto a esse desagrado por parte discente, quanto ao que é ensinado na própria escola. Por consequência, resulta no baixo desempenho, o que desse modo acaba refletindo nos aspectos dos futuros cargos políticos e econômicos, segundo dados da exposição de motivos acima citados [1].

Outra questão implícita destacada, por alguns interlocutores convidados a opinar nas audiências públicas citadas, indo de encontro com a reflexão dos representantes do MEC, é a recorrência por um currículo mais prático. Isto é, assim como alguns jovens não estão vendo sentido no que é ensinado junto de uma porcentagem da falta de escolaridade e ainda somado a coincidir com a idade errada durante formação, a reformulação da base curricular viria para agregar e agradar a todos. Porém é importante ressaltar que essa mudança traria outros significados também. Desta forma, pode-se alegar que é no sentido de buscar formar um público específico de uma maneira mais técnica, profissional e sucinta, preparando para o mercado de trabalho [6] .

Os próximos itens vão assim, novamente, expor índices em que demonstrem o quanto o desempenho dos alunos se encontram abaixo do esperado. Em que de acordo com os motivos, muitos jovens na maioria das vezes não conseguem nem aplicar os conhecimentos vistos nas disciplinas mais básicas, como português e matemática. Dando um destaque ao dizer sobre a grande grade curricular em que os estudantes devem se submeter, como justificativa de que “ [...] induz os estudantes a não desenvolverem suas habilidades e competências, pois são forçados a cursar no mínimo, treze disciplinas obrigatórias que não são alinhadas ao mundo de trabalho [...]”.

É válido verificar que desde o item 5 da Exposição de motivos até o 13º motivo, existe um diagnóstico dos resultados do Ensino Médio como mencionado por Ferreira e Ramos [13]. Que quanto ao acesso remete a elevada quantidade que está fora da escola e que mesmo com uma constante universalização da oferta de matrícula se mantém difícil atender a todos os alunos do Ensino Médio. E quanto ao que é relativo à qualidade de ensino, em que os estudantes acabam por não terem bom desempenho educacional, e a maioria encontra-se abaixo do esperado, como já dito anteriormente. Novamente como já citado trata-se da estagnação dos índices do IDEB no Ensino Médio no Brasil, assim como outras porcentagens educacionais que encontram-se reduzidas.

Dado isso ainda falando em porcentagens, é expresso, de que em 2011, cerca de 13,6% de jovens de 15 a 24 anos não estudavam e nem trabalhavam, contudo esse percentual hoje já chega aos 20%. Demonstrando um problema, sendo que essa porcentagem deveria diminuir e não aumentar, como tem ocorrido. E ainda que a quantidade de jovens em que ingressam no ensino superior se encaixa na taxa dos 16,6%, e uma porcentagem abaixo dos 10% realizam algum curso técnico ou profissionalizante, ou seja, significa que aproximadamente 75% não ingressam em ensino superior ou técnico e acabam por não conseguir um bom espaço no mercado de trabalho.

"Aprofundando-se no aspecto de urgência" em investir na educação, já que a população jovem alcançaria até 2022 o seu ápice [1]. E, logo depois, conseqüentemente, se daria início a uma queda dessa juventude. Isto é, a solução seria investir para garantir uma sociedade economicamente ativa condicionada e qualificada de impulsionar e desenvolver o cenário econômico.

*No entanto, o mais relevante é que, nesse mesmo período, a taxa de crescimento da população idosa caminha em torno de 3% ao ano, ou seja, serão esses jovens (a base contributiva do nosso sistema social de transferências de recursos dos ativos para inativos) que entrarão no mercado de trabalho nas duas próximas décadas, razão pela qual se mostra urgente investir para que o Brasil se torne um País sustentável social e economicamente.*

Desse modo apresenta-se uma notória descrição dos impactos do Ensino Médio atual para o desenvolvimento nacional. Uma vez que dada a oscilação no quantitativo popula-

cional brasileiro, faz-se necessário cada vez mais urgente o investimento na educação para garantir uma população ativa no mercado de trabalho. Considerando que esses jovens presentes no atual ensino médio irão compor a base do mercado de trabalho nas próximas décadas, uma demanda um tanto preocupante cresce quando se analisa os índices. Mostrando, desta forma, como esses mesmos jovens podem acabar sendo invisíveis para o mercado, como está descrito pelo autor [13].

Diante disso, os motivos posteriores, mostram que o novo modelo de Ensino Médio trariam opções de aprofundamento, cursos de qualificação, estágio e ensino técnico profissional levando em conta a disponibilidade de cada rede de ensino. Indicando que o Ensino Médio estaria em um retrocesso, e assim a reforma seria a saída encontrada para uma reorganização do currículo. Agora, mais atrativo e convergente às demandas do mercado [1].

Outro ponto, é trazer a justificativa de que o Brasil é o único país do mundo com um modelo de ensino somente e que ainda carrega 13 disciplinas obrigatórias. Em outros países os alunos tem opção de escolha por diferentes itinerários ao desenvolvimento dos estudos progressivamente de acordo com o avanço das séries do Ensino Médio [1].

*Neste sentido, a presente medida provisória propõe como principal determinação a flexibilização do ensino médio, por meio da oferta de diferentes itinerários formativos, inclusive a oportunidade de o jovem optar por uma formação técnica profissional dentro da carga horária do ensino regular.*

*Na perspectiva de ofertar um ensino médio atrativo para o jovem, além da liberdade de escolher seus itinerários, de acordo com seus projetos de vida, a medida torna obrigatória a oferta da língua inglesa, o ensino da língua portuguesa e da matemática nos três anos desta etapa, e prevê a certificação dos conteúdos cursados de maneira a possibilitar o aproveitamento contínuo de estudos e o prosseguimento dos estudos em nível superior e demais cursos ou formações para os quais a conclusão do ensino médio seja obrigatória.*

Neste ponto de vista, ainda seguindo os pensamentos de Ferreira e Ramos [13], os itens acima exteriorizam sobre a organização curricular e exprime propostas de mudança. Acerca da formação curricular é tratado sobre os descompassos entre os objetivos propostos e o desenvolvimento promovido de fato, a falta da diversificação do currículo, uma extensa programação de matérias, como já exibido aqui. Esclarecendo então, o jeito de se apontar superficial e fragmentado, não dialogando com os jovens e muito menos com o setor de produtividade do século em que se está inserido.

Quanto a proposta de mudanças, considera um aumento considerado da jornada escolar. Além disso declara impor um ensino flexível com diferentes itinerários formativos. Também anuncia como obrigatório a permanência do ensino de língua inglesa, língua portuguesa e matemática. Prevendo assim a certificação dos conteúdos cursados para o aproveitamento de estudos e demais cursos, como mencionado nos motivos.

*A presente medida, também, cria, a Política de Educação em Tempo Integral de Fomento à Implantação de Escolas em Tempo Integral para o ensino médio de escolas estaduais, que apoiará a implementação de proposta baseada não apenas em mais tempos de aula, como também uma visão integrada do estudante, apoiada nos quatro pilares de Jacques Delors: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender*

*a ser, buscando uma formação ampla do jovem, tanto nos aspectos cognitivos quanto nos aspectos socioemocionais, o que é fundamental para tornar a escola atrativa e significativa, reduzindo as taxas de abandono e aumentando os resultados de proficiência.*

*Estas, Excelentíssimo Presidente, são as razões que nos levam a submeter à apreciação de Vossa Excelência a presente proposta.*

Por fim, há de se considerar o modelo organizativo a seguir pelas escolas, ou seja, a implementação de escolas de tempo integral. Assim presente, mais uma vez, a ideia de que os estudantes abandonam as escolas e tem baixo desempenho. Vindo como justificativa, em função da falta de atrativos e significados práticos. Concluindo que as escolas em tempo integral aparecem como solução deste fim [13]. Designando, de maneira geral, a MPV 746/2016 um documento que marca um retrocesso para as políticas educacionais brasileiras e para a formação dos professores, dando início a uma longa trajetória após sua aprovação e futura implementação da Lei Novo Ensino Médio [14].

As razões da proposta curricular aglutinam-se resumidamente em quatro situações principais. Sendo o baixo desempenho dos alunos em Português e Matemática, conforme o IDEB, a grade curricular extensa e única de treze disciplinas que ocasiona o desinteresse e desempenho abaixo do esperado, uma necessidade de amplificação e diversificação do currículo e as baixas porcentagens de estudantes que ingressam no ensino superior.

Com isso, é notável, por volta de todos os motivos apresentados na Exposição [1], existir uma pontuação repetitiva das justificativas tratadas. Em que os mesmos porquês são tratados diversas vezes ao longo de diferentes motivos. Alterando-se somente a maneira em que são inseridos e escritos. Considerando, impor um caráter de agregar no volume da Exposição e não ao conteúdo em si, remetendo assim a um esvaziamento nas justificativas dos motivos na instituição da Reforma do Novo Ensino Médio.

### 1.3 Lei Novo Ensino Médio

Por conseguinte dos fatos, e mesmo com a Medida Provisória [2] sendo marcada por polêmicas, manifestos de crítica e ocupações de escolas e universidades, como analisa Monica Ribeiro [7], a MPV foi convertida na Lei 13.415/17 em 16 de fevereiro de 2017 [3].

Aspirando a seguinte lei, de início, é viável mostrar que ela propõe:

*Altera as Leis nº9394, de 20 de setembro de 1996 que altera as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 junho de 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização de Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis de Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1 de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005 e institui a política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.*

De forma coesa, a Lei da Reforma do Ensino Médio altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 [4], impõe a ampliação do tempo durante o ensino médio de 800 para 1400 horas para cada ano fomentando a política de tempo integral nas escolas. Embora de certa forma demonstre ressaltos para o aspecto profissionalizante na formação dos jovens, ocorre para o autor que é uma ótima oportunidade do adolescente em conviver

socialmente em um ambiente de estudo e produção de conhecimento por mais tempo ao longo de sua escolaridade, aponta Ferreira e Ramos [13]. Como cita em art. 24 sobre a carga de ampliação desejada:

*Parágrafo único. A carga horária mínima anual que trata o inciso I do caput deverá ser progressivamente ampliada, no ensino médio, para mil e quatrocentas horas, observadas as normas do respectivo sistema de ensino e de acordo com as diretrizes, os objetivos, as metas e as estratégias de implementação estabelecidas no Plano Nacional de Educação.*

Uma vez que a educação secundária foi dividida, conforme Ostermann e Rezende [10], sendo, primeiramente voltada para a formação básica comum ou geral de até 1800 h, e a segunda com carga de 1200 h, a qual foi definida por meios dos chamados itinerários formativos. Com isso, o ensino médio será fruto de uma carga horária mínima de 3000 h distribuída em cinco horas diárias como diz Monica Ribeiro [7].

Inicialmente, se esperava regulamentar a oferta diária do ensino médio em sete horas, contudo como havia necessidade de uma ampliação no investimento público acabou não sendo uma questão muito presente nas discussões e audiências públicas. E, logo, apenas cinco horas diárias foi a solução encontrada para haver a ampliação porém sem maiores investimentos, segundo Ferreti e Silva [6].

E então, com o objetivo de dividir as áreas de ensino dada a escolha dos alunos, têm-se os itinerários formativos, presentes no art.4 da atual Lei 13.415 [3] considerando a alteração do art.36 da Lei 9.394 da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) [4]. Predominam aqueles que se inserem de acordo com a relevância do contexto local e as possibilidades dos sistemas de ensino a sua inserção em cada escola. Definiu-se, assim, a respeito às áreas de conhecimento para o ensino médio, serem separados em:

1. Linguagens e suas tecnologias;
2. Matemática e suas tecnologias;
3. Ciências da natureza e suas tecnologias;
4. Ciências humanas e sociais aplicada.

E um itinerário voltado para a formação profissionalizante nomeado de:

5. Formação técnica e profissional.

Em relação a definição dos itinerários, da forma como está posta, admite que foi redigida por pessoas que não tem conhecimento da grande dificuldade existente no Brasil para acordar processos de colaboração entre Estados e Municípios. É fato, de que é impossível pensar em como melhorar o Ensino Médio curricularmente, se antes não se pensar em como melhorar a infraestrutura das escolas e ainda em como valorizar mais a classe profissional dos professores [6]. Que ainda faz refletir, ao reduzir a formação básica comum à metade, acaba por destruir a ideia de Ensino Médio como educação básica.

Contudo, de acordo com Ostermann e Rezende [10], as escolas não são obrigadas a oferecer os cinco itinerários. Tendo a obrigação de dispor apenas de um, o que caracteriza um empobrecimento da formação do nível médio em meio a tão aclamada Reforma. Como resultado acabaria por liquidar o direito universal à formação básica de mesma qualidade para os jovens.

Pode-se determinar, então, em que a parcela que será comum entre os alunos do Ensino Médio é parte da Formação Geral Básica, presente em todos os anos. E também a

componente definida como Projeto de Vida, inclusa em todos os anos e assim responsável por guiar para traçar objetivos tanto acadêmicos quanto profissional aos alunos. A outra parcela que como definido será de escolha dos estudantes de cada Itinerário Formativo e ainda de unidades eletivas, para ampliar ainda mais o conhecimento nas áreas de interesse do corpo estudantil, sendo consideradas opcional na oferta de cada instituição de ensino [15].

Dando sequência na determinada Lei, ao se pensar no itinerário de formação técnica e profissional, existem alguns pontos que devem ser seguidos para o seu desenvolvimento como mostra no [3] art.4, 6º parágrafo. Isto é, baseado nos sistemas de ensino a oferta se considerará:

- I- a inclusão de vivências práticas de trabalho no setor produtivo ou em ambientes de simulação, estabelecendo parcerias e fazendo uso, quando aplicável, de instrumentos estabelecidos pela legislação sobre aprendizagem profissional ;*
- II- a possibilidade de concessão de certificados intermediários para a qualificação para o trabalho, quando a formação for estruturada e formalizada em etapas com terminalidade.*

Outro ponto importante de ser observado, para Monica Ribeiro, ela salienta que no fim a composição das áreas que integram o currículo, devido a adição das palavras *e suas tecnologias*, afirma retomar a denominação presente nos Parâmetros e Diretrizes Curriculares do Ensino Médio de meados da década de 1990. Diante disso, é possível perceber, uma aproximação ao que era representado na época. Como o aperfeiçoamento do uso de linguagens e recursos para tornar a aprendizagem significativa, direcionamentos relacionados com uma nova componente curricular denominada projeto de vida, além da inserção de aspectos do mercado de trabalho e pontos referentes a construção da cidadania são previstos como principais objetivos, destacando-se presentes na década de 90, e também hoje, no Novo Ensino Médio [7].

Com base na falada Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio de Tempo Integral, prevê o repasse dos recursos necessários para adaptações e mudanças, vindos do Ministério da Educação para os Estados e para o Distrito Federal. Por um prazo de dez anos por escola como mencionado no art. 13 da Lei 13.415 [3].

Uma vez que a Política de Fomento é responsável por estipular para onde será direcionado os investimentos do MEC, via Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE). Para cada escola após formalizar e assinar um Termo de Compromisso, segundo falas do autor Cardoso Amaral [16]. Por consequência, o Termo de Compromisso explícito na lei [3], deverá conter:

- I- identificação e delimitação das ações a serem financiadas;*
- II- metas quantitativas;*
- III- cronograma de execução físico-financeiro;*
- IV- previsão de início e fim de execução das ações e da conclusão das etapas e fases programadas.*

Entretanto, com nenhuma surpresa, as escolas para receberem os tais recursos financeiros deverão conter um plano político-pedagógico para cumprir integralmente o que foi imposto pela nova Lei. Que de acordo com o art. 14 da [3], seriam as escolas que:

- I- Tenham iniciado a oferta de atendimento em tempo integral a partir da vigência desta Lei de acordo com os critérios de elegibilidade no âmbito da*

*Política de Fomento, devendo ser dada prioridade às regiões com menores índices de desenvolvimento humano e com resultados mais baixos nos processos nacionais de avaliação do ensino médio;*

*II- Tenham projeto político pedagógico que obedeça ao disposto art. 36 da Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996 [4].*

Amaral [16] ainda ressalta de que os valores a serem distribuídos são incertos de maneira que dependerá da disponibilidade orçamentária para esse fim, assim expresso também em art. 14 [3].

E ainda visando ao redor da questão financeira e envio de verbas, a questão para Cardoso [16] é formada: *O MEC, terá disponibilidade financeira para transferir recursos substantivos para desenvolver essa ação de grande envergadura, que é de implantar o atendimento em tempo integral nas escolas de ensino médio na configuração estabelecida pela nova lei?*

Visando a mesma linha de pensamento, no momento atual, é curioso ver como as instituições privadas estão se adaptando a essa nova legislação e assim tomam certa autonomia ao definir os itinerários possíveis de serem disponibilizados. Visto que na condição das escolas públicas, cada vez mais sucateadas por corte de verbas, tem uma tendência a reduzir todo esse arranjo ou acabar por ficar somente com um itinerário, aquele que tenha maior facilidade de ser imposto na escola em questão. E assim restando aos jovens não terem nem as ferramentas básicas de conhecimento e aumentando ainda mais a precariedade da educação, ressalta Frigotto [17].

Sendo assim, a oferta dos itinerários e conseqüentemente a “opção de escolha” estará dependente das possibilidades da rede de ensino em que o estudante está inserido. Logo, dado o que cada escola propuser vai ser a rede de escolha dos alunos, e assim será do seu “projeto de vida” também [18].

Para dar fim a análise da Lei acerca da Reforma do Ensino Médio, é conveniente trazer aspectos do art. 2 e 3 [3]. Inicialmente, temos o destaque para o ensino da arte e suas expressões regionais e da educação física, fazendo parte da componente curricular obrigatória. E também é apresentado que a partir do sexto ano será trazido a língua inglesa. Por seguinte, nos parágrafos que tratam sobre o art.3, é possível fazer destaque:

*i. A Base Nacional Comum Curricular referente ao ensino médio incluirá obrigatoriamente estudos e práticas de educação física, artes, sociologia e filosofia.*

*ii. O ensino da língua portuguesa e da matemática será obrigatório nos três anos do ensino médio, assegurada às comunidades indígenas, também a utilização das respectivas línguas maternas.*

*iii. Os currículos do ensino médio incluirão, obrigatoriamente, o estudo da língua inglesa e poderão ofertar outras línguas estrangeiras, em caráter optativo, preferencialmente o espanhol, de acordo com a disponibilidade da oferta, locais e horários definidos pelos sistemas de ensino.*

*iv. A união estabelecerá os padrões de desempenho esperados para o ensino médio, que serão referência nos processos nacionais de avaliação, a partir da Base Nacional Comum Curricular.*

A partir disso, a suposta retirada da obrigatoriedade da Filosofia e da Sociologia, os conhecimentos em Artes e Educação Física, definida nas Diretrizes Nacionais Curriculares para o Ensino Médio [19] que são totalmente negligenciado, foi de certa forma resolvida.

A tal polêmica seria resolvida adicionando a presença obrigatória das disciplinas com estudos e práticas, acima mencionados, e ainda dispõe à União estabelecer padrões de desempenho dos concluintes do ensino médio, como apresentado em O Resgate de um empoeirado discurso [7]. É falado da obrigatoriedade nos três anos de somente a língua portuguesa e da matemática, assim como da língua inglesa, de maneira simplificada e sem mais menções sobre as outras disciplinas.

Por último, ainda é apresentado na mesma Lei [3], qual devem ser os pontos em que o estudante expresse ao concluir o Ensino Médio, como se fossem os objetivos após seu término.

*Os conteúdos, as metodologias, as formas de avaliação processual e formativa serão organizados nas redes de ensino por meio de atividades teóricas e práticas, provas orais e escritas, seminários, projetos e atividades on-line, de tal forma que ao final do ensino médio o educando demonstre:*

*I- domínio dos princípios científicos e tecnológicos que presidem a produção moderna;*

*II- conhecimento das formas contemporâneas de linguagem.*

Diante do exposto, é possível considerar de que existe uma relação de hierarquização de disciplinas, um contexto de dependência a possibilidade de investimentos e disponibilidade de itinerários em cada rede de ensino. Que demonstra resultar em uma oferta de incertezas relacionadas à implementação da Lei 13.415/17 [18].

O que se torna ainda mais interessante, para finalizar, além das mudanças curriculares, existem as modificações de interesse do governo federal por meio da Reforma do Ensino Médio. Implícita nos motivos e colocadas na devida Lei, que resumidamente são divididas em cinco etapas, exibida dar mais acesso ao ensino médio em um padrão, criar uma concepção base para o ensino seguindo a LDB, seguir com uma qualidade de ensino, sistematizar um sistema de avaliação que insira todos na rede de educação e ainda ajustar o uso de recursos para as escolas, de acordo como é citado por Monica em sua tese [5].

# Capítulo 2

## Base Nacional Comum Curricular

### 2.1 BNCC

Após a aprovação das novas Diretrizes Curriculares Nacionais do Conselho Nacional de Educação (CNE), foi elaborado assim pela Diretoria de Currículos e Educação Integral, o documento constituído *Por uma política curricular para a educação básica: contribuição ao debate da base nacional comum a partir do direito à aprendizagem e ao desenvolvimento*. Atestado de acordo com a Secretaria de Educação básica e nomeado Base Nacional Comum Curricular [9].

Dessa forma, partindo deste documento, inicialmente o termo “base nacional comum” é definido com a visão de que:

*Teve como perspectiva orientar as formulações curriculares do ensino fundamental e do ensino médio da educação básica em todas as modalidades. O conjunto do trabalho objetiva oferecer subsídios para o debate público, com vistas à definição da base nacional comum e na perspectiva da garantia aos direitos à aprendizagem e ao desenvolvimento de crianças, jovens e adultos brasileiros na educação básica.*

Nesse sentido, é plausível indicar que a BNCC conta como um registro a fim de promover uma reforma na educação básica, caracterizado por um caráter formativo que define um conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais. Para que assim todos os alunos se desenvolvam ao longo dos níveis e modalidades da Educação Básica. De forma a assegurar o direito a educação como preconiza o Plano Nacional de Educação (PNE) [20]. No qual, trata exclusivamente a respeito da educação escolar e dessa forma como definido no 1º artigo da LDB [4] é orientado por princípios éticos, políticos e estéticos que visam a formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva [8].

É possível identificar também, fazendo referência ao Ensino Médio a possibilidade de continuar o trabalho de adequação dos currículos regionais e das propostas pedagógicas das escolas. Garantindo assim o conjunto de aprendizagens essenciais aos estudantes brasileiros. Nesse âmbito, a BNCC, [8] deseja ajudar a superar qualquer fragmentação das políticas educacionais e e ainda conseguir manter uma educação de qualidade, dando um patamar comum entre os sistemas e redes de ensino para todos os alunos.

Com esta finalidade, houve o desenvolvimento de dez competências gerais visando assegurar todo esse conjunto ao estudante, (que serão discutidas posteriormente.) É interessante entender a disposição e recorrência da palavra *competências*, antes mesmo

de aprofundar sobre o desenvolvimento das tais competências gerais. Ao trazer o seu significado literal, [5], ela vem derivada do latim e se associa a competição, *competentia*, *competere* que ao ser dividida obtemos *petere* = *pedir* e *com* = *junto*, logo, pedir com, indica uma ação realizada por duas ou mais pessoas. Dado que, dessa forma uma questão que vem a tona é, por que a noção de competências tem sido tomada como referência para a formação básica? Ou até então, como as competências estariam, de certa forma, organizando o ensino sobre teorias e práticas educacionais? Estas e entre outras perguntas são válidas de serem respondidas, buscando entender as determinações e novas resoluções impostas.

A sua aparição, adotada pela própria BNCC, marcou uma discussão pedagógica e social nas últimas décadas inferido no interior da LDB [4]. Considera-se como o desdobramento de competências o foco na maioria dos Estados e Municípios brasileiros e afora estão na construção do chamado currículo. Além disso, é marcado nas avaliações internacionais da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), já citado durante a exposição de motivos anteriormente. Com isso, a BNCC indica que assim as decisões pedagógicas devem estar voltadas para o desenvolvimento de competências. Capazes de mostrar um caminho bem definido do que os alunos devem “saber” e ainda mais, do que devem “saber fazer” propriamente [8].

Com base nas dez competências gerais, divididas entre ramo pedagógico, do direito de aprendizagem e de desenvolvimento, envolvem-se:

1. Ter conhecimento histórico e fazer uso do aprendizado construído acerca dos fenômenos físicos, processos culturais e sociais no meio digital para explicar a realidade e assim construir uma sociedade mais justa e inclusiva.
2. Exercer a curiosidade considerando às ciências, buscando a investigação e análise crítica para entender as causas e testar hipóteses até criar soluções com base nas diferentes áreas presentes.
3. Dar valor as manifestações artísticas e culturais e também participar de práticas diversificadas sobre essas produções.
4. Fazer uso de várias linguagens, verbal, visual como Libras, a escrita, sonora e digital para se expressar e compartilhar informações e ideias em outros contextos.
5. Utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de maneira significativa incluindo as práticas escolares para espalhar informação e se comunicar para levar o conhecimento.
6. Valorizar práticas e vivências culturais para apropriar-se de experiências que possam ajudar a entender as relações ao redor e tomar escolhas alinhadas com a cidadania.
7. Saber argumentar para formular e defender ideias respeitando e promovendo os direitos humanos a consciência e consumo responsável local e regional.
8. Entender e cuidar da saúde física emocional, tomando consciência das suas emoções e dos outros, cabendo assim saber lidar com elas.
9. Praticar a empatia e o diálogo nos conflitos e a cooperação para promover o respeito ao outro e aos direitos humanos, valorizando os indivíduos e suas potencialidades.

10. Tomar decisões inclusivas e éticas para agir pessoal e coletivamente de forma responsável.

De maneira geral pode-se observar uma divisão entre os tópicos marcados respectivamente desde, conhecimento; pensamento criativo e crítico; repertório cultural; comunicação; cultura digital; trabalho e projeto de vida; argumentação; autoconhecimento e autocuidado; empatia e cooperação e, por fim, responsabilidade e cidadania. E que assim supostamente conta com a essência com que deve ser trabalhado para a formação dos alunos. Os quais devem ser colocados em prática, dados como conhecimentos indispensáveis para a formação plena do cidadão no século 21, como cita Andrade e Motta [21].

Um aspecto tanto curioso que pode ser levado em conta, segundo Teresa Perez, que apesar de o ano de publicação da última versão da BNCC ser 2018, ainda é utilizado o termo de competências para o “século 21”. O que nos faz questionar será que que ainda estamos estagnados no século 20? Contando com o fato de que a adequação mais ideal seria usar competências necessárias para o contexto local e mundial atual, segundo a autora [22].

Por seguinte, entender como a educação pode ser descrita ou definida neste meio se torna essencial. Pode-se dizer que a educação pode ser compreendida como um campo de disputa de projetos com intencionalidade políticas. Dando destaque para a questão de que a educação é direito de todos a ser assegurado pelo Estado. E, ainda, pode-se limiar sobre o presente texto de Aguiar e Tuttmann, de que uma educação de qualidade para todos neste contexto do país com extrema diferença social, defende mudanças sociais e econômicas profundas em prol de formar uma sociedade justa e também uma outra que priorize a formação para o trabalho na lógica do mercado. Favorecendo o gerencialismo, o estabelecimento de competências e a cultura da performatividade [9].

Nessa posição, [7] é apontada uma indagação derivada desse processo, à respeito da natureza do documento da BNCC. Seria ela, mais prescritiva ou menos prescritiva? Para a autora, a BNCC demonstra uma dimensão mais regulatória e restritiva de forma a conduzir para uma formação sob controle. Uma formação que deve seguir e cumprir metas e obedecer competências, regulando cada vez mais o ensino dentro da sala de aula. E dessa maneira, deixando explícito, o sentido limitador existente no *currículo nacional*, caracterizado por ser excessivamente prescritivo. Já que, o conteúdos dos exames passa também a ser determinado pelo documento da BNCC e dessa forma criando um círculo sendo dos exames para o currículo e do currículo para os exames.

Em sequência e ainda sob a perspectiva da introdução da BNCC, os currículos mais uma vez ganham espaço colocando determinadas ações e decisões que precisam ser consideradas igualmente na sua organização. Temos assim a ideia geral de contextualizar os conteúdos ao realizar as explicações, exercer exemplos e representações significativas para a realidade local.

Levando em conta também os processos de interdisciplinaridade para criar aplicações interativas e dinâmicas tanto ao ensino quanto para gestão, elaborar metodologias didático-pedagógicas. A fim de atender a diferentes perfis e ritmos de aluno para aluno considerando desse modo a necessidade de cada um. Trazer estratégias para engajar e motivar os alunos, produzir avaliações adaptadas as condições de aprendizagem para que o desempenho do estudante, da escola e professores melhore, escolher e avaliar recursos didáticos e tecnológicos diversos que incrementem no processo de passar conhecimento, ter disponível materiais e cursos que aperfeiçoem as práticas docentes e ainda ter uma contínua formação sobre gestão pedagógica e curricular nos sistemas de ensino [8].

Contudo, é inegável a presença de uma concepção voltada para uma formação idealizada para adequar-se à lógica do mercado. Com uma maior adaptação à sociedade para uma abstrata noção de cidadania como cita Ribeiro e Silva [7]. Entretanto, com o currículo sendo proposto do lado de fora da escola, ele só afirma o caráter mais autoritário dos seus anunciadores, e cada vez maior a intenção de encontrar nas teorias as saídas para os problemas apontados e vistos na escola. O que pode ocasionar, aos professores, um certo desrespeito colocando-os em uma posição como incapazes de exercer a capacidade de análise e crítica. Até mesmos para os próprios estudantes que conseqüentemente estão também nessa posição e ainda são privados de entender criticamente como o desenvolvimento do intelecto possibilita compreender a sociedade e cultura como um todo, cita-se [23].

Desse modo, é exposto um desenvolvimento dos currículos na escola pautada em critérios de eficiência e produtividade e que assim mais uma vez se volta para uma formação controlada mas não sendo por professores, e sim guiada por outros interesses.

É válido ressaltar que é apontado na BNCC, de que a implementação do Novo Ensino Médio requer um monitoramento do MEC em colaboração com outras entidades nacionais da área como CNE, Conselho Nacional dos Secretário da Educação (Consed) e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime). Dado que, como é citado, dependem de uma criação e fortalecimento de instâncias técnico-pedagógicas nas instituições de ensino. Função na qual deve ser realizada pela MEC em parceria com os outros órgãos já mencionados. Além desse apoio técnico, o fomento a inovações e a disseminação para melhores resultados deve estar contida. Seja, o apoio a experiências curriculares novas, criação de oportunidades de acesso a conhecimentos e experiências de outros países e até pesquisas e estudos acerca do currículo [8].

Dando continuidade, ao considerar a etapa do ensino médio, de início marca-se de que fica a critério das escolas de Ensino Médio responsáveis por proporcionar experiências e processos para garantir a aprendizagem. Necessária para a leitura da realidade, o enfrentamento da contemporaneidade, tomada de decisões éticas para formar esse jovem, uma pessoa crítica, criativa e autônoma [8]. E mais uma vez, demonstra-se a aproximação com aspectos da década de 90, a estrutura da linguagem mencionada dentro da BNCC [7].

É importante ressaltar o objetivo trazido pela LDB a respeito do Ensino Médio, no art. 35 [4] é mostrado que:

- I. *a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;*
- II. *a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade e novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;*
- III. *o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;*
- IV. *a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.*

E dessa forma, para a BNCC, o Ensino Médio conta como uma prática e exercício da cidadania para que assim seja possível de atrelar o caminho do aluno com as suas necessidades, possibilidades e interesses. Ao adaptar-se ao real mundo de trabalho envolvendo o que é preciso para superar os desafios encontrados na sociedade atual. Porém ao observar

mais adentro é notório a posição do currículo em unicamente querer atender às demandas futuras do mercado de trabalho e somente seguindo ao estreitamente ao cumprimento do currículo. Logo deixando de lado a ideia de “exercício da cidadania” [14].

Assim como foi mencionado, a carga horária voltada para a formação geral básica do ensino médio conta com até 1800 h e a carga para os itinerários formativos com até 1200 h, resultando em um carga mínima de 3000 h para todo o ensino médio.

Logo, primeiramente, ao pensar na formação geral básica, entende-se que ao reduzir a formação geral básica, praticamente a metade, acaba por destruir a ideia de Ensino Médio como Educação Básica [6].

E ainda na ideia da formação geral básica, o currículo deve seguir as propostas pedagógicas em dispor de estudos e práticas das diferentes áreas do conhecimento, citados pela BNCC [8], o qual pode-se declarar estarem ao redor dos seguintes tópicos:

- língua portuguesa, com a possibilidade do uso das línguas maternas;
- matemática em geral;
- estudo do mundo físico e natural e da realidade social e política, voltada principalmente para o Brasil;
- artes, com o desenvolvimento das linguagens das artes visuais, música, dança e teatro e ainda com destaque para as expressões regionais,
- educação física, sendo a prática facultativa em algumas situações segundo a Lei;
- conhecimento da história do Brasil e do mundo, especialmente dos europeus, africanos e indígenas, levando em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro;
- história, arte e literatura da cultura afro-brasileira e indígena;
- sociologia e filosofia;
- oferta da língua inglesa, ou dependendo da instituição de ensino podendo oferecer a língua espanhola também.

Quando se determina estudos e práticas, é curioso entender o que seriam essas práticas e principalmente, quem irá defini-lás? No documento do DCNEM [19], isso é explicado acerca de uma interdisciplinaridade, dada por oficinas, projetos e entre outros trabalhos que saem da disciplina em si. O que é incompreendido, uma vez que nas outras disciplinas também é permitido fazer uso dessa diversidade de ações. Dessa maneira falta aspectos que vão diretamente de encontro quando é dito “práticas” para a sua compreensão [18].

Sequencialmente ao se falar dos itinerários formativos, caracterizados estrategicamente na organização curricular, apresentam dar poder de escolha aos alunos. Desse modo sendo válido considerar de que esse “poder de escolha aos alunos” na prática não é válido, já que não existe a flexibilização quando se tem poucas opções de escolha dentro da instituição de ensino. Tornando a liberdade de escolha totalmente negligenciada [14].

Com isso para entender um pouco de cada itinerário, a BNCC [8] divide como:

#### I. linguagens e suas tecnologias:

emprego de diversas linguagens em contextos sociais e de trabalho, tendo conhecimento de arranjos curriculares que permitam estudos em línguas estrangeiras, próprias de seus países, clássicas e indígenas, Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), de artes, linguagens digitais, artes cênicas, produções textuais e literárias, entre outros, desde que considerando o contexto local e as ofertas da rede de ensino;

#### II. matemática e suas tecnologias:

emprego de diversos conceitos matemáticos em contextos sociais e de trabalho, tendo conhecimento de arranjos curriculares que permitam estudos em resolução de situações problemas, análises complexas e não-lineares, análise de dados estatísticos e probabilidade, geometria, robótica, programação, jogos digitais, entre outros, desde que considerando o contexto local e as ofertas da rede de ensino;

#### III. ciências da natureza e suas tecnologias:

emprego de diversos conceitos em contextos sociais e de trabalho, tendo conhecimento de arranjos curriculares que permitam estudos em astronomia, metrologia, física geral, clássica, molecular, quântica e mecânica, instrumentação, ótica, acústica, análise de fenômenos físicos e químicos, associação com a biologia, entre outros, considerando o contexto local e as ofertas da rede de ensino;

#### IV. ciências humanas e sociais aplicadas:

emprego de diversos conceitos em contextos sociais e de trabalho, tendo conhecimento em arranjos curriculares que permitam estudos em relações sociais, processos políticos, diversidade cultural, história em geral do mundo, da sociedade e da natureza, entre outros, considerando o contexto local e as ofertas da rede de ensino;

#### V. formação técnica e profissional:

emprego de programas educacionais que promovam a qualificação profissional efetiva para o mundo de trabalho, com metas de garantir a habilidade profissional adaptando-se as atuais condições e atividades da contemporaneidade de vida e também para a carreira, levando em conta aspectos de competitividade, produtividade e inovação, considerando o contexto local e as ofertas da rede de ensino.

Trazendo, dessa forma, o conteúdo a ser tratado em cada itinerário ao longo do devido ano e conseqüentemente no Ensino Médio todo. Neste sentido, é nítido os itinerários visarem por um aprofundamento na investigação científica, por construir e desenvolverem processos criativos. De maneira geral, cada itinerário deve abranger quatro eixos estruturantes, ou pelo menos um. A investigação científica, processos criativos, empreendedorismo e a mediação e intervenção sociocultural [15]. Com isso, pela presença do conhecimento de uma ou mais áreas a fim de visão para a resolução de conflitos e ainda de um aprimoramento em empreendedorismo com o uso de tecnologias para serviços inovadores. De modo a conseguir integrar o adolescente na sociedade e no mundo de trabalho, como desenvolve a introdução da etapa do Ensino Médio na BNCC [8].

Entretanto, ao observar a respeito dessa fragmentação, ela segue direto ferindo o direito ao conhecimento a maioria dos alunos da rede pública. Dando uma falsa imagem de

currículo mais atraente e flexível, que seria responsável por diminuir ainda mais as taxas de evasão. Já que cada vez mais se demonstra dual, deixando de lado a ideia de igualdade de condições o que deixa favorável ao mercantil do ensino [14].

É interessante pensar também que quanto a elaboração da BNCC, desde a aprovação das etapas da educação infantil e fundamental existiam problemas com sua legitimidade. De maneira que não houve debate com nenhuma equipe especializada em discutir ao redor da educação. E o mesmo ocorreu na reforma do ensino médio. Que a partir da aprovação da MPV em meio a uma reviravolta política, a Reforma foi instituída [6].

Outro ponto que é possível analisar são as avaliações negativas por pesquisadores e educadores vistos de outros lugares como Austrália, Chile e Reino Unido. E com isso se forma a questão de que será que o documento BNCC está trazendo crescimento e guiando da forma mais adequada o desenvolvimento da educação básica? Ainda que de acordo com a Associação Nacional de Pós Graduação em Pesquisa e Educação indica que o caráter proposto, é aquele que exclui a diversidade do mundo e unicidade de cada aluno e também das escolas. Modelo, o qual, o autor aponta que já está designado ao fracasso [14].

## 2.2 Ciências da Natureza e suas Tecnologias e as TDICs

Ao se tratar do itinerário de Ciências da Natureza e suas tecnologias, existem alguns pontos que a Base aponta e é importante ressaltar. De forma geral, será um capítulo que apresentará ferramentas capazes de solucionar problemas assim como uma abertura para novas visões de mundo tanto para os estudantes quanto para a sociedade. Os conhecimentos propostos foram privilegiados considerando dar uma continuidade nos conteúdos vindos do Ensino Fundamental. De forma ampla é possível identificar uma divisão acerca de Matéria e Energia, Vida, Terra e Cosmos.

Dando uma maior valorização do conhecimento na aplicação nos projetos de vida, realidade profissional, influenciando em questões sobre consumo, energia, segurança, ambiente, saúde, fenômenos da natureza, entre outros. Sendo dividido em três competências, onde cada uma delas garante aos alunos as devidas habilidades a serem alcançadas nesta etapa de ensino médio [8].

Competência Específica 1:

Responsável por compreender fenômenos naturais e intervenções tecnológicas sob a ação da matéria e energia possibilitando a análise de potencialidades a fim de aperfeiçoar os processos produtivos local e regional. Por consequência é possível realizar estudos acerca da estrutura da matéria, como leis, transformações, cálculos, princípios, efeitos biológicos, entre outros processos físicos e químicos [8].

E por sequência são dispostos as habilidades em torno desta competência descritas no seguinte formato [8]:

*(EM13CNT101) Analisar e representar, com ou sem o uso de dispositivos e de aplicativos digitais específicos, as transformações e conservações em sistemas que envolvam quantidade de matéria, de energia e de movimento para realizar previsões sobre seus comportamentos em situações cotidianas e em processos produtivos que priorizem o desenvolvimento sustentável, o uso consciente dos recursos naturais e a preservação da vida em todas as suas formas.*

Além dessa, são dadas mais seis habilidades dentro desta competência. Pode-se dizer que elas irão comportar desde construção de sistemas térmicos para analisar os efeitos termodinâmicos gerando um apoio à construção de protótipos, conhecimento da radiação, suas origens e as diversas aplicações possíveis, avaliar os riscos de diferentes materiais e produtos à saúde e ao meio ambiente, entender os ciclos biogeoquímicos e seus fenômenos, interpretar como o uso dos aplicativos e dispositivos digitais influenciam nas formas de geração e consumo de energia e até de realizar previsões quantitativas sobre motores ou geradores acerca da transformação e condução de energia envolvida [8].

Desse modo é interessante obter uma outra visão, ou seja, a BNCC traz os conteúdos a serem tratados porém há uma redução conteudista pois assim como não existe mais uma divisão, neste caso de física, química e biologia, e sim de temas que andam por todas as disciplinas citadas. Logo é fácil identificar dentro de cada competência como não há divergência para separar os assuntos, eles estão todos interligados, misturados e mais importante ainda é o quanto isso demonstra a sua superficialidade conceitual. Outro fator apontado são para o formato de como é a descrição das habilidades. Indicado por códigos numéricos e alfabéticos o qual recorre ao Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e com isso reforça o enfraquecimento nos objetivos traçados, trazendo uma limitação ao que é cobrado [10].

Para a próxima competência será designado sobre:

#### Competência Específica 2:

Responsável por reconhecer os processos de transformação e evolução sobre a dinâmica da Vida, compreender a construção histórica dos conceitos e entender a diversidade presente no planeta Terra. Na qual seja possível analisar as potencialidades fazendo uso de projeções e da realidade virtual para aproximar de impactos futuros no contexto atual. E também entre outras definições acerca de biologia, organismos, ecossistemas, evolução, conceitos atômicos, astronomia, mecânica newtoniana, filosofia da ciência, etc [8].

Para esta foram escritas nove habilidades para serem alcançadas, das quais discorrem ao redor de discutir a evolução da vida, da Terra e Universo; analisar as formas de manifestação da vida; entender ecossistemas e manutenção da vida e ciclos de transformações; cálculos a respeito de interações gravitacionais; compreender a conservação e preservação da diversidade; garantir ações em prol da saúde e bem estar; aplicar conceitos sobre a evolução da história humana e compreender a origem e composições e estruturas do sistema solar.

Antes de apresentar a respeito da última competência específica na área das Ciências da Natureza, é preciso anunciar que ela trará principalmente sobre uma ferramenta imprescindível, as chamadas tecnologias digitais de informação e comunicação ou também conhecidas como TDICs, que há um tempo já vem mudando a maneira de se relacionar, trabalhar, estudar e comunicar pelo mundo. Ditando novas práticas para promover o aprendizado e ainda incluir os jovens na realidade atual e moderna, podendo causar mais interesse por eles.

É importante ressaltar também que a sua utilização deve compreender uma resposta mais crítica e responsável, onde para isso os professores são as pessoas ideais para fazer essa mediação acerca do uso das tecnologias [24]. Além disso, é curioso notar, como todos os outros itinerários já estão ligadas explicitamente com as tecnologias já que carregam

em seus próprios nomes a nomenclatura em si, contudo isso não esclarece a questão da utilização do meio tecnológico e assim como já mencionado só retoma traços de diretrizes de 1990, mais uma vez [7].

Outro fator importante composto na BNCC, é de avaliar as diferentes maneiras de impacto das tecnologias digitais de informação e comunicação na contemporaneidade. Desse modo algumas práticas ganham destaque para esta etapa, onde está presente a proposta de identificar, avaliar, questionar e propor respostas e hipóteses, realizando assim ações de investigação na área a fim de estimular estabelecer uma conversa da realidade e todos os processos de entendimento do conhecimento, ressaltando a prioridade de aprender assim como a aplicação de conceitos científicos, a compreensão da leitura, aprimoramento na comunicação, divulgação de imagens, gráficos, vídeos e notícias por meio das tecnologias atuais [8].

À vista disso, as tecnologias percorrem um grande caminho no campo do Novo Ensino Médio por serem citadas a todo momento em meio ao desenvolvimento, metas e objetivos da Base. Todavia, questionamentos são criados ao redor de, como as escolas irão se equipar diante de tanta “modernidade” ? Todas as escolas de diferentes regiões conseguirão adentrar esse meio? Os docentes estão preparados e sabem lidar com a vinda tecnológica? Entre outros, podem vir a ser presentes meio a gestão escolar e muitas vezes o que era pra chegar e acrescentar pode acabar atrapalhando ou devido a ausência ou falta simplesmente não ser cumprido tais especulações.

#### Competência Específica 3:

Responsável por avaliar aplicações do conhecimento científico tecnológico onde as soluções, descobertas, as linguagens e a comunicação para com o público sejam por meio das diferentes tecnologias digitais de informação e comunicação. Dispostos sobre a energia elétrica e sua produção e funcionamento, entender a utilização de aparelhos que auxiliem no controle da saúde e mais benefícios para o desenvolvimento saudável e sustentável, a experimentação, entendimento da nanotecnologia, eficiência de motores, controle biológico, darwinismo, entre outros [8].

Apesar de já citada anteriormente em todas as outras competências, exclusivamente nesta última terá um ênfase diferenciado, dando destaque para todo teor tecnológico. Com isso é possível ressaltar um aspecto um tanto não visto mas que está incluído, que é a possibilidade da realização de cursos ou atividades pelo meio de educação a distância ou pela educação presencial na presença dessas tecnologias [14].

Já que é notável identificar conceitos e definições cercados ao redor da principal ferramenta e instrumento, ou seja, as mídias tecnológicas, e que dessa forma o ideal seria onde os projetos pedagógicos olhassem para essas mídias tanto como um meio, de apoio e suporte para implementação de novas metodologias, quanto como um fim, dando maior acesso e diversidade dos métodos de ensino. Contudo, tudo isso só é possível após um remanejamento e preparo das escolas e também dos próprios professores para conseguir transmitir aos alunos [24].

Assim são descritas também mais dez habilidades para esta última competência compreendendo incrementar na sociedade e avanço científico, se comunicar e construir debates relacionados com temas tecnológicos de modo a envolver tecnologias digitais, da divulgação científica, tecnologias do DNA e células-tronco, o uso indevido de informações e riscos na sua utilização, relevando aplicativos que detectem e ainda consigam indicar um desenvolvimento para melhores condições [8].

Ao observar e refletir pode-se perceber que ao fim, acaba por ter como objetivo, dotar os indivíduos com comportamentos flexíveis que possibilitem à eles um ajuste dentro da sociedade. No qual a escola muitas vezes vai guiar para onde ela mesma deseja. Devido a uma falta de esclarecimento, de ideias e conceitos, onde na realidade é somente mais uma forma implícita incompreendida tanto para alunos quanto para educadores dentro desse “novo” ciclo do Ensino Médio [12].

Para finalizar, questões podem acabar sendo levantadas a fim de buscar compreender se todos os aspectos descritos na lei do Novo Ensino Médio e se na própria BNCC entregam soluções e metas para serem alcançadas dentro das escolas, capazes de serem supridas e concluídas considerando o contexto atual e local.

Como está sendo a realidade no Novo Ensino Médio dentro das escolas? A Reforma está sendo instituída? Os professores possuem carga horária e habilidades para cumprir a quantidade de itinerários? Quantos itinerários estão ofertando? Os alunos possuem liberdade de escolha mesmo? A Implementação das Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral foi um sucesso? Quais são os pontos inovadores que estão sendo entregues aos estudantes? Estas e entre muitas outras, são perguntas cruciais que somente podem ser respondidas ao entrar e vivenciar o que se passa em cada contexto escolar.

# Capítulo 3

## Entrevista e Análise

### 3.1 Perguntas e Entrevistados

Para conseguir entender uma parcela de como está o andamento real da implementação do Novo Ensino Médio, uma análise foi feita envolvendo professores da rede pública escolar, de diferentes escolas. Perguntas e respostas em que podem guiar a verdadeira realidade de cada escola.

Dando sequência, as perguntas foram divididas em:

1. Você tem conhecimento sobre todos os itinerários formativos? Qual a sua opinião sobre a divisão em formação geral básica e nos itinerários?
2. Você acredita que a Reforma do Ensino Médio traz um caráter mais regulatório ou mais libertador aos professores e alunos?
3. Existe a utilização de diferentes linguagens, mídias ou tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC) relevantes em torno dos temas científicos? Cite exemplos se possível.
4. O que você acredita ter tido de inovação, remetendo às tecnologias, com essa Reforma para os alunos enquanto construção do aprendizado? Quais?
5. Como ficará a oferta da disciplina de Física para os próximos anos? Qual é a proposta atualmente?

De forma que o perfil dos entrevistados seguiram como:

Professor 1: Acadêmico e professor PSS (Maringá).

Professor 2: Físico e professor PSS e da rede privada (Marialva e Maringá).

Professor 3: Físico e professor efetivo da rede pública (Maringá).

Professor 4: Físico e professor efetivo da rede pública (Sarandi).

Professor 5: Acadêmico e professor PSS (Maringá).

## 3.2 Respostas e Análise

Após feitas as entrevistas, a análise seguirá percorrendo cada pergunta e as suas devidas respostas. Apontando e levantando os destaques mais importantes presentes.

1. Você tem conhecimento sobre todos os itinerários formativos? Qual a sua opinião sobre a divisão em formação geral básica e nos itinerários?

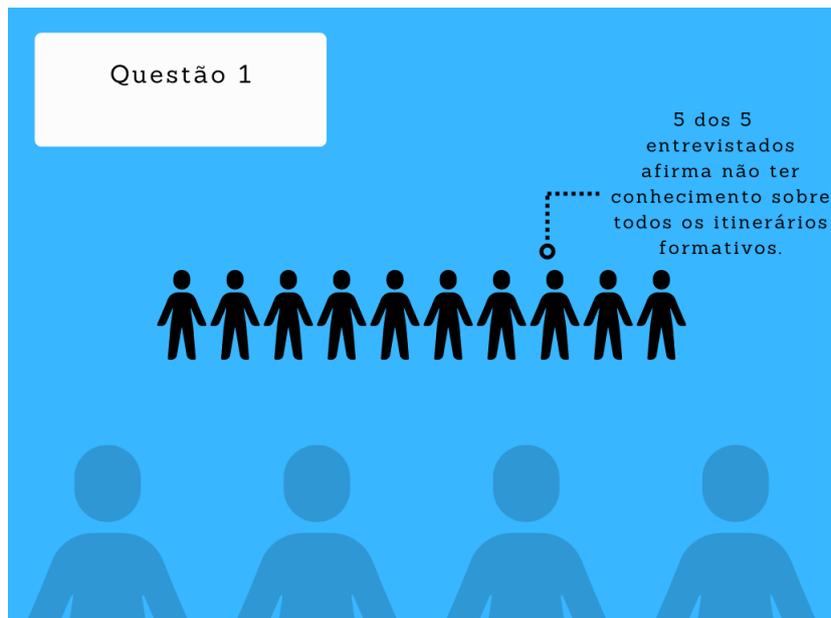


Figura 3.1: Fonte: desenvolvido pela própria autora.

De forma geral, inicialmente, foi respondido de que não tinham conhecimento sobre todos os itinerários formativos. É possível fazer alguns apontamentos dos diferentes entrevistados, destacando os seguintes comentários a respeito do conhecimento sobre os itinerários formativos.

“A princípio era para ter vários itinerários diferentes, para o aluno escolher e tal. Mas acabou se reduzindo e sobraram somente dois, humanas e exatas, que é o que eu tenho conhecimento daqui da escola”. - Professor 3.

“A questão do itinerário é uma coisa que não foi passado as informações, inclusive para nós. Basicamente não terão muita escolha, o pessoal vai escolher entre o que, Linguagem? Humana ou Matemática? Ciências da Natureza? Então serão só dois itinerários. Em que na verdade nós não sabemos, porque nunca foi passado, fica tudo naquela questão do olha, acho que vai ser assim, mas pode ser que seja de outro jeito”. - Professor 4.

“O que eu tenho conhecimento é do Ensino Médio Administrativo e do Ensino Médio Regular da escola que eu trabalho, o regular pode ser separado em Ciências da Natureza e suas tecnologias ou em Matemática ou Ciências Humanas e Sociais juntas com linguagens”. - Professor 1

Diante dos depoimentos, fica visível entender que nem os próprios professores sabem o que vai acontecer no próximo ano. E que neste ano, está tudo muito cru, não tendo esta separação e escolha clara, baseando-se em uma divisão entre escolher Matemática ou não (seguido da parte da humanas). Como mostrado anteriormente, de acordo com a BNCC a divisão seria feita em até cinco itinerários visando a possibilidade de inserção na escola e assim caberia a escolha do aluno ao fim, dependendo da rede de ensino. Tornando visível o quão precarizado se torna essa “opção de escolha”, como mencionado também na entrevista.

Diante disso, a mesma é discutida quando é mostrado os itinerários anteriormente ao longo do texto. A comparação é válida, já que designa a escolha dos alunos como nula [14]. Ainda mais como o justificado entre os professores entrevistados de que ou não conhecem ou que existem ao máximo duas vertentes a serem “escolhidas” dentro das escolas.

Ainda na mesma pergunta, temos também a opinião ao redor dos itinerários formativos. Que é carregada por críticas. Pode-se citar, como é dito em dar mais valor a divisão “antiga” que tinha no Ensino Médio. De maneira afirmativa em relação ao seu funcionamento positivo, segundo o entrevistado 1. Somado ao que é relatado pelas falas dos outros professores, que essa nova divisão traz um aspecto muito negativo.

Outro ponto destacado pelo Professor 2, é como a imaturidade nesta idade influencia na temida escolha. Compartilhando da mesma opinião, dois professores (entrevistados 1 e 3) indicam que mesmo que seja escolhendo entre sua área de interesse e outra que não tem muita aptidão, esse aspecto é um ponto muito crucial e negativo.

De forma mais geral ainda, as respostas coincidiram ao dizer de como o uso desta nova divisão presente no Novo Ensino Médio vai acabar por esvaziar a formação geral básica e ainda superficializar os itinerários formativos. Destacam, sendo assim, que irá acabar por privar o aluno de conhecimento, um direito de todo cidadão.

De acordo com as falas ainda em torno dos itinerários formativos, o Professor 1, menciona que essa determinação dos itinerários foi feita de maneira arbitrária. Explica, que em que algumas disciplinas que foram colocadas não se encontra atualmente ou dificilmente se encontra profissionais da área da educação com a formação adequada. Como exemplo, traz a questão para as Ciências da Natureza, em que surgirá a Robótica I e a Programação I.

À vista disso, a formação requerida para Robótica deve ser Física, porém dificilmente um graduado nesta habilidade terá total capacidade e noção para aplicar a disciplina em sala de aula com destreza. E ainda mais, para a Programação, a formação requerida é de pedagogo, o que diverge mais. O mesmo professor, finaliza a sua ideia de que, conseqüentemente, tudo isso trará prejuízos futuros na educação.

O Professor, 3, discorre que não teve acesso ao planejamento que irá prosseguir no próximo ano. Contudo, usando como parâmetro o planejamento do primeiro ano deste ano, a formação geral básica que por ele deve ser dada, é muito superficial. Sendo muito parcial, mostrando somente curiosidades e que deve passar de forma muito mais rápida.

O modelo por ele visto, explica que seria uma aula para falar de conservação de energia ou até duas aulas para falar das três leis de Newton, por exemplo. Então como já citado, aponta que sofreu um esvaziamento, e vai sofrer ainda mais nos outros anos. Dada a péssima execução e estrutura que fizeram este Novo Ensino Médio, de acordo com o professor. Desse modo, afastando ainda mais o acesso ao ensino superior destes alunos. E ainda, visando esta mesma ideia pontua o Professor 2, de que o antigo Ensino Médio era mais benéfico, mais amplo e também mais democrático.

Assim como dito pelo entrevistado, a mesma fala é observada na LDB. Quando falado

da educação escolar em que deve ser orientada por princípios éticos em busca da construção de uma sociedade justa e democrática. Visando dessa forma, a orientação do Novo Ensino Médio ou do “antigo” Ensino Médio?

Em contrapartida, o Professor 5, indica que na sua escola ainda não foram aplicados os itinerários essa divisão proposta no Novo Ensino Médio. A adição veio somente na disciplina eletiva de projeto de vida, explica. E que ainda não possui conhecimento algum sobre quais são e o que são cada um dos itinerários.

Fica notável após todas as falas e depoimentos dos professores, que o conhecimento deles acerca dessa nova divisão e nos itinerários formativos não é suficiente e nem adequada para eles como professores, quem dirá aos alunos. Com a ideia da fragmentação, alimenta uma falsa imagem de liberdade e currículo flexível, uma vez que nem todas as redes de ensino estarão aptas para a oferta dessa diversidade de itinerários, assim como a adequação dos professores. Logo, a BNCC está de fato guiando para a melhor forma de desenvolvimento e aprendizado da educação básica? [14].

Ao disponibilizar um documento que mostre o que foi entregue ao professores, o Professor 4, fala do Caderno de Itinerários Formativos de 2023 [25]. Estabelecendo quais os referenciais curriculares que os itinerários formativos devem abranger dentro do currículo. Sendo dividido em quatro eixos de aprendizado para as escolas no Paraná. Considera a maior guia que ele tem após a mudança e que ainda usou como referência para a entrevista. Agrupados em:

1. Investigação Científica;
2. Processos Criativos;
3. Mediação e Intervenção Sociocultural;
4. Empreendedorismo.

2. Você acredita que a Reforma do Ensino Médio traz um caráter mais regulatório ou mais libertador aos professores e alunos?

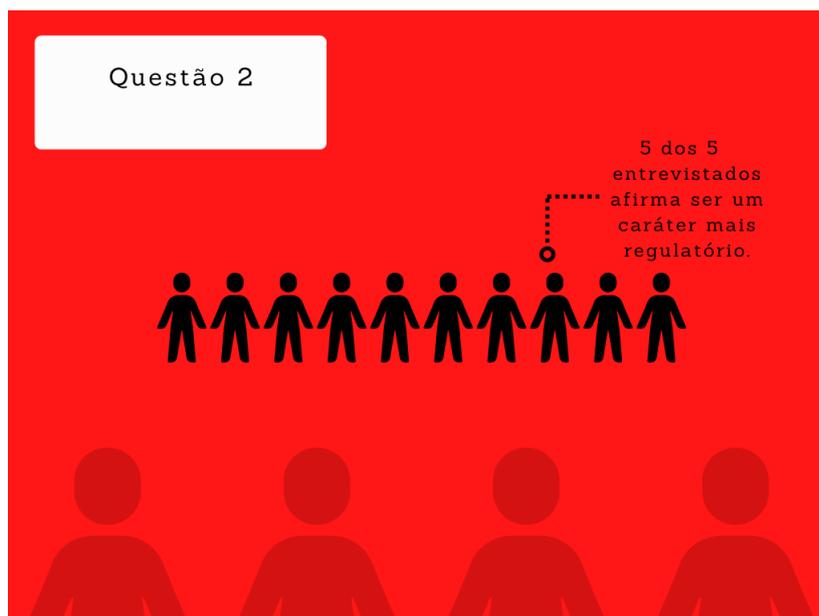


Figura 3.2: Fonte: desenvolvido pela própria autora.

As respostas desta questão foram dadas com o mesmo propósito. No qual, todos os professores entrevistados afirmaram trazer um caráter mais regulatório.

“Eu entendo que traz uma falsa ideia de liberdade.” O Professor 2, justifica a sua frase já que a opinião do aluno pode ir mudando ao longo do tempo, ainda mais devida a alguma influência de professores na vida escolar que acabam se destacando para cada aluno. A ideia de ensinar mais “coisas diferentes” aos estudantes se perde no meio de tanto peso político ao arredores, como discute o Professor 3.

Ao expor ao aluno de que ele escolha entre habilidades sem nem mesmo começar o Ensino Médio, apresenta ser um problema também, como discute o Professor 5. “Você fazer uma criança escolher o que ela quer trabalhar o resto da vida no primeiro ou segundo ano, e ela não pode trocar mais, isso é o Novo Ensino Médio, né?”. Demonstra ser uma falha, com consequências futuras, como esclarece. Os alunos não possuem maturidade necessária para estarem sujeitas a uma escolha, e que muitas vezes vai sob recair sobre as opções presentes no campo escolar.

O Professor 1, ainda explica que existem algumas plataformas digitais em que os alunos devem realizar uma média de duas atividades por semana. Então por esse meio, retrata que fica nítido de que os alunos estão presos a uma plataforma na qual a maioria relata não ter gostado das atividades e nem do seu uso, descreve o entrevistado. Como falado também, seria mais vantajoso para uma disciplina de Programação, por exemplo, em que o professor apresente e explique o conteúdo passo a passo da programação desejada, do que somente trazer vídeos aulas prontas, que é o que foi disponibilizado para este fim.

“É uma abordagem que não tiram muita dúvida. Então a Reforma do Ensino Médio traz um caráter mais regulatório, já que os professores vão perdendo a sua liberdade também, assim como os alunos, porque eles vão ter que trabalhar muito conteúdo em um tempo curto, não tendo tempo para trazer aulas diversificadas também. Vou ter que me prender uma base nacional comum curricular, as diretrizes, ao referencial comum do Paraná, então com certeza o caráter vai ser regulatório, do que libertador.” - Professor 1.

É discutido uma abordagem que vai prender o professor e conseqüentemente o aluno dentro de exatamente o que querem que seja visto. Logo, ao dizer sobre um campo mais aberto, a ideia de ter mais liberdade e a tão repetida frase sobre o protagonismo do aluno, tudo isso vai acabar se perdendo, como cita o Professor 2. Até porque segundo ele, a maioria dos professores não tem ideia do que vai ser ensinado e sem falar na falta de preparação diante dessas novas componentes.

Já que essas novas disciplinas agora chamadas de componentes curriculares, explica o Professor 3, que o que ele sabe é através de outros professores que trazem informações de que o planejamento já vem totalmente estruturado e fechado, e como define, travado. Traz um exemplo de como uma habilidade, “tem um que é Energia e suas transformações, astronomia, sei lá, uma mistura entre astronomia e energia e a discussão de energia. Não dá nem a opção de mudança, então todo mundo deve seguir a mesma.”

Ou seja, até a mesma ordem, as mesmas aulas, mesmo tempo, até se não for conivente com a realidade da escola, de alguma forma o planejamento deve ser concluído, de acordo com o professor. Desse modo, ele justifica sua resposta em ser sim mais regulatório.

Além disso, outro argumento advindo do Professor 4 é de que toda essa Reforma era pra ser construída de maneira participativa. Contudo, não foi o que aconteceu. Houve somente um “decreto”, como expressa. A lei foi lançada, foi “canetada”, e por assim ficou instituída. Com isso, tudo aquilo que foi discutido e proposto anteriormente por

estudiosos pesquisadores da área, foi ignorado. O professor também explicita de que além deles mesmos perderem um pouco da sua autonomia, os alunos vão deixar de ter a sua própria liberdade de estudar, e até sobre ter prazer pelo conhecimento. Não tendo como ponto principal o aluno e o seu aprendizado, de certo modo sendo precarizado cada vez mais.

A justificativa do Professor 5, conta que ao conversar entre os professores dentro da escola a conclusão que chegam é de que “ a gente vai estar preparando pessoas para o mercado de trabalho”. Com isso, explica também que devido a isso o Novo Ensino Médio é pautado no tecnicismo. “ Os alunos precisam aprender técnicas e executá-las e não a desenvolver algum pensamento ou ter liberdade”, afirmando sua opinião do caráter regulatório.

Assim nota-se como é visado, que o comportamento flexível desejado é para que os alunos simplesmente se encaixem na sociedade e entrem no mercado de trabalho. Mesmo que toda essa porção de novidades seja incompreendida aos professores e conseqüentemente a eles, os alunos [12].

E de fato, não houve discussão com pessoas da área antes do projeto todo entrar em vigor, justificando seus problemas na legitimidade, assim como conta o professor. Pode até ter tido, porém não foram validadas. A sua aprovação veio em meio a um caos político e assim foi instituída [6]. Indo de encontro com a opinião dada durante a entrevista, de que “foi canetada”.

É necessário perceber que até mesmo em conversas com os alunos, como argumenta os professores, essa determinada escolha não está sendo feita de uma forma “legal”. Não está sendo no sentido de que “que legal vou estudar isso” e muito pelo contrário, carregada por críticas. De acordo com a entrevista com o Professor 4, essas críticas vem do questionamento de que se irão escolher uma matéria, vão acabar não estudando outra, então?

Por mais que o professor tentasse trazer abordagens diferentes, como menciona que costumava fazer, o problema agora está em qual vai ser o tempo em que será possível trabalhar isso? Qual vai ser a liberdade para fazer isso? Questiona o entrevistado 1. Estes questionamentos são postos, já que a disciplina de física agora que encurtada, e não dada mais em todos os anos do Ensino Médio.

Os questionamentos propostos demonstram ir de encontro quando é exposto existir uma relação de hierarquização das disciplinas, ainda mais em um contexto de dependência da possibilidade e disponibilidade dos itinerários em cada rede de ensino [18].

Por fim, toda essa ideia de novas disciplinas e itinerários é classificada como problemática e totalmente regulatória segundo os entrevistados. É possível, então, concordar com a autora [7], que critica para uma dimensão mais regulatória e restritiva conduzindo para uma formação do controle, como já mostrado. Sendo que as competências devem ser obedecidas e o conteúdo limitado ao currículo, caracterizado pela citação como extremamente prescritivo.

E cada vez mais percebe-se o quanto essa concepção da Reforma é voltada para a ideia de adequar-se à lógica de mercado. Ainda mais quando todo o currículo é proposto do lado de fora da escola, favorecendo o caráter mais autoritário e conseqüentemente regulador [7], conforme é afirmado pelos professores entrevistados também.

3. Existe a utilização de diferentes linguagens, mídias ou tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC) relevantes em torno dos temas científicos? Cite

exemplos se possível.

É possível entender que as novas tecnologias estão sendo implementadas como uma “enxurrada”. Como descreve o entrevistado 1, é uma enxurrada de aplicativos, plataformas e investimento em televisões e até os computadores que são colocados junto as televisões, chamados de Educatron. Com isso, dentro da plataforma de registro de classe online, existe um planejamento e até os slides prontos de todas as aulas que vem pronto para todo professor, através dessa plataforma. O professor se frustra ao dizer como vem tudo fechado e pronto para ser usado somente de uma maneira.

“E aí todo planejamento, vão trazer sites onde você tem simulações de física para você aplicar. Só que não falo como não é. É essa é uma questão grande assim, porque você precisa capacitar o professor a trazer esses temas. Então assim, existe a utilização diferentes linguagens, até existe. Mas aí volta a um problema. Você não tem a capacitação dos professores para poder abordar esses temas. Até tem uma apresentação de ótica que mostrava a questão do espelho esférico ou lente esférica ou não me recordo muito bem, mas aí era uma plataforma inglesa e tudo mais. Eu ainda consegui mostrar para os alunos como utilizar essa nova tecnologia, explicar para eles o que seria aquela coisa, mas se você tiver um professor que não têm essa habilitação em outra língua, já se torna um problema.” - Professor 1.

Então, segundo depoimento do professor, pode existir sim uma inovação e utilização de tecnologias, contudo que não estão sendo bem apresentadas e desenvolvidas da melhor forma. Enquanto isso, o outro entrevistado, 2, já levanta que não há essa utilização de forma relevante. Uma vez que não acredita ter tido mudança alguma com a simples troca entre tipos de televisões, como justifica “o que eu tenho visto este ano é apenas uma substituição daquelas televisões laranja para aquelas de tela plana, que são as que tem rodinha. E para mim, isso não tem a menor diferença no aspecto de aprendizado dos alunos.”

Com isso ao trocar por televisões mais tecnológicas não significa que o aprendizado vai estar conversando com o aprendizado dos aluno, como discute o entrevistado.

“ É só um slide ou um vídeo, que você vai conseguir colocar na hora. Isso não tem relação direta com o aprendizado. Sem falar que também muitas escolas possuem apenas 1 laboratório de informática, então todos os professores têm que ficar disputando aquele laboratório informática e os professores precisam ficar disputando entre si.”- Professor 2.

Por isso que o professor conclui seu pensamento de como toda essa ideia de aproximação com a tecnologia para os alunos passa a ser uma “completa mentira”, exatamente como justifica.

Para a visão do Professor 3, destaca que não houve avanço nenhum. De que a única coisa, é que a SEDE ou o chamado RCO+, disponibilizam os slides e aulas prontos. Até demonstra algumas atividades chamadas de Mão na Massa, trazendo uma movimentação prática do aluno porém acaba sendo as mesmas atividades usadas há anos pelos professores no PHET Colorado. Consequentemente, é possível perceber, como indica o professor, que não teve nada de novo na utilização de tecnologias ao aprendizado.

O entrevistado, 4, demonstra que aqueles que utilizavam algum tipo de tecnologia diferenciada, era porque já tinham afinidade com o tema e assim já usavam independente da Reforma do Ensino Médio. E então ele ressalta a adição das TVs Smart em sala de aula. Que de certa forma, foi feito para usar com os materiais que o próprio governo disponibiliza, seja, os slides ou atividades.

Como se você tivesse que estar amarrado a este material e conduta, demonstra o professor insatisfeito. Então conclui, dizendo que pode até ter sim materiais digitais para utilizar, entretanto são aqueles em que quem faz deseja que utilizem de uma forma somente, e que como não foi elaborado por um professor se tornando um interesse vindo do outro lado.

Assim o Professor 1 finaliza, e afirma que mesmo trazendo este tipo de plataforma e material, não trazem como utilizá-la. E muitas vezes essa falta de capacitação dos professores, pode fazer falta. “Você colocar muita coisa em cima do professor e tudo mais, jogar várias coisas para ele deixar que ele lute sozinho é um problema aí para no futuro do ensino médio, os alunos serem prejudicados também.”

O Professor 5, conta rapidamente de que a escola que trabalha possui uma estrutura melhor. Com laboratórios equipados, projetores e computadores em sala. Da mesma forma que outros, cita sobre o sistema do RCO, em que deve preencher todos os dias, e sobre o Educatron, que contudo não demonstra ter entendimento do seu funcionamento ou utilização. Deixa claro que deve haver uma divergência enquanto para outras escolas públicas. “Porque eu não vi como que ele funciona. Nunca fui atrás e as pessoas nunca me chamaram pra eu saber que tem alguma coisa lá”. Ainda diz que segundo o que ouve de outros professores de outras escolas, acreditam em não ser algo muito benéfico. “Não é nada bom”. E, não fala sobre nenhuma plataforma ou material a mais disponível.

Sendo assim, é importante relacionar como os professores seriam as pessoas mais ideias para realizar a mediação das tecnologias para os alunos do uso a seu favor [24]. Contudo a falta de capacitação dos mesmos, como mencionado, pode vir a se tornar um problema.

Já que em meio as competências e habilidades exigidas dentro da BNCC, é visto repetidas vezes o quanto aplicações do conhecimento científico tecnológico, projeções virtuais e intervenções tecnológicas, são citadas [8]. Entretanto é válido compreender que a estrutura das escolas deve se encaixar nesses padrões em que são postos segundo a BNCC.

Enquanto o depoimento trazido pelos professores, mostra uma realidade não compatível. Quando se deve, como citado, “disputar os laboratórios de informática” entre os professores ao longo da semana. E que por mais que tenha um local adequado, não quer dizer que o funcionamento de todos os computadores, por exemplo, seja garantido. Exceto o caso do Professor 5.

4. O que você acredita ter tido de inovação, remetendo às tecnologias, com essa Reforma para os alunos enquanto construção do aprendizado? Quais?.

Ao observar as respostas, temos que o professor pode até entender de que teve inovação, mas que ela não foi bem organizada ou instituída. Em que também existe uma cobrança vindo da equipe pedagógica e diretiva em fazer com que os professores utilizem essas plataformas que são ofertadas.

“É, eu não tenho conhecimento sobre nenhuma na física. Mas muitos professores relatam uma grande dificuldade de ter que ficar acessando as plataformas

durante a aula e que sempre dá problema no login dos alunos e tudo mais. E que muitas vezes, eles acabam perdendo a maior parte da aula só para acessar. Então eu não vejo essa utilização obrigatória de usar essas plataformas como benéfica. Muito pelo contrário, eu vejo mais com apenas uma tentativa de tentar basear um discurso de uma tentativa de Implementar tecnologias na Educação básica e do ensino médio.” - Professor 2.

Com isso, já é possível perceber a insatisfação em ver que até uma ferramenta que estaria a disposição para melhorar a passagem do conhecimento, acaba não cumprindo sua função de fato. Podendo significar uma falta de esclarecimento diante de tanta evolução dentro do ciclo Novo Ensino Médio. Contudo uma evolução que se encontra incompreendida. [12].

Outro fato é contado em uma das entrevistas que apresenta surpreender o Professor 1. Segundo relatado, na componente curricular de pensamento computacional dada por ele, os alunos apoiaram a ideia e gostaram por ser uma disciplina que ainda não tinham conhecimento sobre ou muitos poucos sabiam a respeito. Entretanto a surpresa veio na questão de que “Vi que alguns alunos não tinham muito acesso à tecnologia. E alguns nunca tinham mexido no computador.”

Traz como justificativa de que “Como hoje em dia a gente tem essa essa questão de pensar assim: os alunos são da área da tecnologia, eles mexem em tudo, fazem tudo e não sei o quê. Mas alguns alunos eles têm somente o celular ou somente esse celular que acaba sendo da mãe ou da família mesmo. Que muitos nunca nem escreveram em teclado físico, de computador, ou é somente naqueles do teclado digital, enfim virtual que aparece no Android.” E de fato, é imprescindível de que a primeira ideia a se pensar é sobre como essa geração da tecnologia vem cada dia mais para frente e avançada em relação a ter domínio do uso das tecnologias e internet. Então é até difícil entender como um aluno e adolescente neste meio vai estar por “fora” das atualizações.

O outro entrevistado 3 obtém o mesmo ponto. “Porque apesar de eles serem aquela geração dita, nativa, tecnológica, não é nativa digital. É, de fato, eles não têm conhecimento sobre a tecnologia. São usuários acríticos do aparelho”. Com isso entende-se de que mesmo ao usarem, não possuem noção de construção dentro do seu uso. De forma a não saber o que acontece ali e nem o porquê, como relata.

É trazido por outro autor, de que toda essa inserção digital será colocada em prática com a Reforma para a formação do cidadão no século 21 [22]. Dando a ideia de que estar preso no século anterior e assim pensando em como agir na próxima geração/século. E, desse modo, lembrando o quanto os aspectos compostos na nova BNCC remetem aos discursos e particularidades presentes da década de 90 [7].

Além disso, outro exposto pelo Professor 1 é dito ao colocar um peso maior na capacitação dos professores. “Se o professor não for capacitado, se ele não tiver habilitação suficiente para poder utilizar essas tecnologias ao seu favor, o aluno não vai ter essa construção de aprendizado melhorada.” Assim o aluno pode ser prejudicado dentro de um avanço que deveria andar ao seu favor. Sem existir alguém culpado em tudo isso, o professor concorda que nem aluno nem o docente presente irão ser os culpados, mas sim essa inserção demasiadamente grande e sem capacitação nenhuma a quem ensina.

Como traz a BNCC [8], de que após a Reforma o aluno iria conseguir traçar caminhos através das competências, envolvendo utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação. De acordo com o que foi extraído da entrevista, observamos que se nem os professores conseguirem se adaptar e ter a capacitação necessária, os alunos não

conseguirão fazer a associação devida e conseqüentemente essas inovações não servirão para o crescimento do aluno também.

Especificamente, o entrevistado 4, faz um destaque para a disciplina de Física. Em que não conseguiu perceber nada de inovação. Ressalta também, com a adição da componente curricular de Robótica para o segundo ano, se não houver renovação tecnológica, não tem nem como ensinar. Discorre um pouco sobre o que sabe a respeito das plataformas de Português, Redação e Inglês. Na qual, os alunos devem constantemente estar reproduzindo atividades dentro da plataforma, de forma restrita a ela, como descreve. “Disponibiliza plataforma e esses professores estão de certa forma, obrigados mesmo a utilizá-las.”

Como demonstrado, para o professor que não souber como ou o que apresentar naquela nova componente curricular, basta seguir de acordo com o citado a seguir.

“Para o professor, que não tem informação para ensinar, eles trouxeram toda a linha de aulas todo o planejamento rígido estruturado, então, para quem não sabe, não sabe dar aula sobre vai seguir aquilo vai virar um, sei lá se vai seguir aquela receitinha de bolo, né?” - Professor 3.

O que se caracteriza por ser “totalmente deslocado da realidade”, segundo o entrevistado 3. Ainda explica que para quem tem conhecimento, é muito difícil precisar seguir todo esse planejamento e "receitinha". Conclui que não sabe muito ao certo como se dará a distribuição das aulas, salas e professores. E que se assusta, pois também não possui muito conhecimento a respeito com nenhuma nova componente curricular e conseqüentemente com a inovação tecnológica que isso acarreta.

Outro ponto colocado é em relação a esse planejamento que o professor terá de fazer. O Professor 1, conta que é apenas uma hora atividade para realizar o planejamento a cada 3 horas aulas. É inviável ter um tempo para fazer e criar atividades adequadas para o desenvolvimento pleno do aluno. Já que, “ O professor tem vida também. Então ele não vai se dedicar integralmente à escola”, um fato que é muito importante de ser colocado, e assim entender que o professor tem outras atividades e uma vida fora da escola. Mostrando como seria difícil conciliar toda essa revolução na educação, para com os professores, tão importantes na trajetória de cada estudante que por ele passa.

Apesar de existir uma carga horária obrigatória para a utilização das plataformas, o Professor 4 aponta que não sabe se a maneira como foi desenvolvida essas ferramentas são as formas mais atrativas aos alunos. Questiona-se caso todos os alunos da sala de aula mais tarde, em casa, terão acesso a algum computador ou notebook ou até algum celular com acesso a internet para realizarem as atividades. E admite que de até faz uso de algum material digital, mas é por conta dele e interesse e capacidade dele próprio.

Como entendimento da instituição escolar, que vem mudando à medida que os educandos mudam o direito à educação e assim incluindo cada vez mais o direito ao conhecimento, às ciências, aos avanços tecnológicos, cultura, artes, diversidade de linguagem e ainda re-ger com valores que ditam formação de sujeitos éticos. Dessa forma, alguns autores [9] contribuem para trazer discussões ao redor do campo da educação, pedagogia, currículo e de práticas educativas e escolares estando diretamente ligadas a um projeto de sociedade e educação democrática. De forma a distanciar de ideias marcadas pela racionalidade técnico-instrumental. Logo, a escola estaria conseguindo cumprir a sua função, de acordo com o trazido e apresentado por alguns professores entrevistados?

O texto explica que é na escola que as políticas curriculares serão postas à prova. De forma a favorecer ou não a formação de sujeitos críticos. Baseados na nova regulamentação

após a instituição do Novo Ensino Médio [9]. Sendo assim, os sujeitos alunos utilizam a seu favor as novas tecnologias instituídas? E também possuem acesso quando necessário, dentro e fora da escola? Como responderam os entrevistados, a situação não começou desse jeito.

5. Como ficará a oferta da disciplina de Física para os próximos anos? Qual é a proposta atualmente?.

De forma geral, os professores indicaram que a componente curricular de Física irá simplesmente sumir do 2º ano do Ensino Médio. Ficando somente no 1º e 3º ano. Dando destaque para o fato de mesmo se o aluno escolhe pelo itinerário de Ciências da Natureza e suas tecnologias, a disciplina ainda não estará presente, comenta os entrevistados com surpresa e incerteza sobre como isso se dará na prática.

“Atualmente, a oferta da disciplina de física no ensino médio regular e no técnico também. Ela vai sair, de 3 anos, 2 Aulas semanais, para vocês terem noção, eu vou fazer uma conta, que física antes tinha era 2 aulas semanais de 45 minutos. Tinha, então, aluno, ele ia ter 43 horas mais ou menos de física por ano do ensino médio, a física e a é ser mais ou 128 horas de física nos 3 anos do ensino médio. A física agora somente nos 2 anos, não é que vai aparecer somente nos 2 anos, ela vai ter um tempo, de 128 horas anteriormente, que é que era distribuída nos 3 anos. Agora, a física vai ter 95 horas, tá? Então assim, a carga horária da disciplina nos ano do ensino médio, de maneira geral, caiu em 33 horas.”

- Professor 1.

“Se eu não me engano, invés de ter 2 aulas no primeiro. Tem 2 aulas do primeiro e 4 no terceiro. É, acho que é 4, é uma coisa assim, porque nem nós sabemos exatamente quantas serão.” - Professor 4.

Com a apresentação de duas opiniões de diferentes entrevistados é possível observar a sua divergência. Assim como é mostrado em uma das falas, nem eles sabem como será dado exatamente. A diferença exibida, demonstra uma estranheza e uma certa confusão na organização da educação escolar. Ou seja, nem os professores sabem como vai ser para o próximo ano, se baseiam em o que ouvem de conversas entre outros professores colocando aquilo como verdade. Como traz o professor que “É o que nós ouvimos, porque quando você pergunta realmente como vai ficar, é que estão vendo. Então assim, essas são as respostas que nós temos, infelizmente.” Justificando, desse modo, a incerteza contida em o que ele ouve ou sabe a respeito.

Com isso, é válido lembrar que como não houve as discussões necessárias com as pessoas especializadas para a elaboração da Reforma e da nova BNCC. O que pode ir de encontro com a falta de legitimidade encontrada nas falas dos entrevistados. Como já dito, é como se os currículos estivessem sendo feitos do lado de fora da escola e assim as novas propostas servirem como escapatória dos problemas de dentro. [23].

Como complemento das primeiras falas, o entrevistado 1 ainda continua de que o professor vai ter que reduzir o seu planejamento, que antes já muito pequeno, para se reduzir ainda mais e encaixar no seu tempo disponível agora. E o principal, colocado por todos é a questão da não continuidade. O aluno terá o conteúdo de física no 1º ano e

somente no 3º ano, ou seja, além da dificuldade que já existia mesmo mantendo uma linha contínua da disciplina, imagina agora com essa pausa durante um ano inteiro, questionam os professores afitos.

o Professor 1, mostra uma foto tirada da escola, onde é possível identificar certa-mente as disciplinas disponíveis nos anos do Ensino Médio. E como já discutido, a física aparece no primeiro e terceiro ano. Outro ponto presente é que os mapas já estão dividi-dos em dois. Um mostra caso o aluno opte por Ciências da Natureza e suas tecnologias e o outro caso opte por Ciências Sociais e Linguagens, como explica o professor.



Figura 3.3: [26]



Figura 3.4: [27]

“Vamos pensar no aluno na continuidade de ensino e ter uma formação gradativa de ir crescendo nos 3 anos, não você estuda, interrompe e depois sobrecarrega no último ano”, a fala do professor 4 é muito válido para refletir sobre essa separação. E que de fato vai recair sobre os futuros alunos sujeitos a essa divisão. Que conseqüentemente atinge os próprios conteúdos, que irão ser suprimidos, nesse pensamento do professor.

“Segundo ano não tem física nem se escolher o itinerário de exatas não é, não tem física mesmo. O que vai ter vai ser aquela nova componente curricular, que é o robótica e tecnologia. Sei lá, aplicação de robótica, sei lá. É uma componente curricular que daí o professor formado em física vai ter prioridade para escolha. Na verdade, não só de física, daí seria física química ou biologia que vai ter essa possibilidade de escolha. Mas física mesmo, não tem.” - Professor 3.

O Professor 4 aponta o que sabe sobre a divisão do próximo ano. E, logo em seguida, já pontua como os conteúdos aparecem cada vez mais suprimidos para as escolas. Ainda tenta entender o que vai acontecer com a disciplina de física e para onde vão os seus conteúdos em que irão desaparecer do segundo ano do ensino médio. “Então eu não sei se eles vão tentar enfiar isso dentro desses componentes, por exemplo, sei lá.” Justifica com a ideia de uma tentativa de ser adicionado aos itinerários e as novas componentes, contudo que não serão dadas a todos os alunos se for pensar nos itinerários, condicionados à escolha de cada um.

Ao trazer a conservação de energia, força de gravitação universal e até a formação da lua vai ter a componente de astronomia para tratar sobre? Explica que não sabe qual o propósito dessa mudança, se é para trazer uma contextualização maior, porém com o que ele presenciou do primeiro ano, acabou ficando de uma forma apagada. “O próprio conteúdo rígido, a parte mais propedêutica e o entendimento dos conceitos ficou superficial”, transparecendo somente mais a questão das curiosidades, como traz o professor 3 na entrevista.

Com o Professor 5, explica que na sua escola, como a situação é um pouco diferente a divisão será outra quando comparado com as demais escolas públicas. “A gente vai ter 2 aulas no primeiro ano, 2 no segundo e o terceiro não tem aula. Isso lá no colégio, nos colégios públicos em geral é diferente. Parece que aqui no Paraná é no segundo ano que não vai ter física. Então o que acontece é que as matérias o conteúdo que a gente tem que dar é basicamente o mesmo. A base é quase a mesma. Muda uma coisa ou outra ali, uma adaptação ou outra, tinha uma coisa em outra a mais, só que os conteúdos para ser dados em 3 anos e a gente vai ter que dar esse em 2 anos”.

Ainda levanta como exemplo ter que apertar alguns conteúdos dados geralmente ao longo de 6 meses e se passar em somente 3 meses. Já que, conta que o conteúdo programático ao 2º, teve de ser dividido entre o final do 1º e o início do 2º, no qual ainda deve entrar todo o conteúdo do 3º para finalizar no mesmo ano.

“Um dos piores pontos para a gente é, por exemplo, você ter que ensinar toda parte de termodinâmica, calorimetria, termometria no terceiro trimestre, que é o trimestre mais difícil para ensinar alguma coisa. Porque tem vários eventos na escola, vários feriados e tem concursos e tudo mais. Então isso tipo, como que eu vou proporcionar atividades em laboratório, como que eu vou proporcionar uma pesquisa, uma apresentação de trabalho ou alguma atividade que demande mais aulas? Algumas discussões, também. Porque,

eu não tenho tempo para isso. Eu tenho que chegar, tenho que passar todo o conteúdo no quadro, tenho que dar a lista de exercícios como tarefa e eles têm que fazer, porque se não, não consigo passar todo o conteúdo que eu tenho que passar.”

De acordo com outro entrevistado 2, também percebe-se a falta de conhecimento sobre o assunto. Como fala, “Eu não tenho um conhecimento muito profundo sobre os itinerários formativos, porque desde o ano passado, 2021, e nas reuniões pedagógicas de 2022, são sempre repetidas as mesmas frases. Dizendo que vai possibilitar um maior protagonismo do aluno nas escolhas para sua vida e nada é falado de fato sobre como os professores deverão implementar e se os professores terão uma formação complementar em relação a isso”, e com isso mantém-se a crítica sobre a criação do Novo Ensino Médio.

Com isso, demonstra-se cada vez mais como os professores não sabem o que vai acontecer. Como afirmam de que só irão descobrir como será dado, no próprio ano que vem mesmo. Já que neste ano é que souberam como seria ao longo do ano as mudanças propriamente do Novo Ensino Médio, no início do ano letivo.

Dessa forma, os motivos que foram expostos para justificar a instituição da Reforma, destaca-se a ideia de reduzir as taxas de evasão e ainda tentar melhorar o desempenho dos alunos no Ensino Médio [1]. Contudo, com essa falta de informação que os professores têm e a forçada escolha que os alunos devem fazer devido a inexistência de mais itinerários, o desempenho será aumentado ou as taxas de evasão diminuídas? Já que, as instituições de ensino irão ofertar os itinerários de acordo com a possibilidade presente. Como de encontro com os entrevistados, a maioria das escolas irá ofertar dois ramos, seguindo de “exatas” ou “humanas”, uma escolha chamada de tosca pelo professor entrevistado.

E ainda segundo a Associação Nacional de Pós Graduação em Pesquisa e Educação indica que o que foi proposto pela BNCC na Reforma já está caracterizado ao seu fracasso. Excluindo a diversidade do mundo e unicidade de cada aluno e escolas também [14]. A componente eletiva de projeto de vida, caracterizada como obrigatória, também será prejudicada em cada escola. Uma vez que está sujeita as condições da instituição para sua oferta. Indo de encontro mais uma vez com a opinião dos entrevistados.

Como citado anteriormente, existe a obrigatoriedade apenas do ensino da Língua Portuguesa e da Matemática nos três anos do Ensino Médio, ou seja, essas aulas irão se manter [1]. Em contrário a física que será tirada do segundo ano. Qual será o prejuízo para esses alunos? Além da pausa de um ano e a não continuidade que pode confundir a maioria dos estudantes, como lembrou os professores.

Outro ponto lembrado pelo Professor 5, por exemplo, é o Processo de Avaliação Seriado (PAS), realizado no final de cada ano do Ensino Médio. Que será que vai estar de acordo com essa mudança para adequar-se também para simplesmente não possuir conteúdo de algumas componentes não presentes naquele ano? Segundo o professor, o PAS não mudou e adaptou nada. “Então, o que caiu em 2021 foi o mesmo que em 2022. Se mudou, mudou pouca coisa, mas, tipo assim, o conteúdo do segundo ano do ensino médio aqui da escola, que está previsto, que era para dar no primeiro ano, não caiu no PAS”. Logo, quem vai estar sendo prejudicado são os próprios alunos. Uma vez que nas outras escolas a diferença é que no segundo ano não tenha a física, e ao fim o conteúdo do PAS será o mesmo sem que os alunos tenham visto algo sequer. Dúvidas pontuadas de que agora só serão sanadas após a implementação do Novo Ensino Médio por completo, caso haja alguma mudança nessas provas.

Logo, é possível entender de que fere ao direito ao conhecimento de muitos alunos presentes no ensino público. Ao dar a ideia de um currículo mais atraente, o que ao

demonstrado não apresenta um planejamento concreto, que os professores estejam a par e principalmente que vejam com gosto. O que ao exposto pelos entrevistados, é o contrário.

De acordo com o comentado pelo professor 4 na entrevista, que trabalha em três colégios diferentes, diz que em nenhum deles sabem o que acontecerá com a componente curricular nova a ser instituída de robótica ao segundo ano.

“A proposta é a disciplina de robótica com a física, tanto que ela é dada preferência aos professores de física trabalhar, mas se você perguntar como que serão essas aulas de robótica, ninguém sabe, quer dizer sabe, mas se o professor pergunta ninguém dá a resposta. Se alguém conseguiu essa resposta, que bom.” - Professor 4.

Assim como já discutido anteriormente de que como uma disciplina totalmente nova a muitos professores, a maioria deles não terá a capacitação necessária para atuar em sala de aula, com esse atraso de informações para chegar aos próprios professores, a situação fica ainda mais difícil.

Além de que a escolha é feita no ato da matrícula, ou seja, os alunos devem saber o que escolher logo de início. E ainda segundo o professor 4, considera um problema muito sério os alunos estarem optando por algo que nem os professores sabem o que vai ser feito e ainda nem sabem qual é a diferença na prática de fato, caso algum estudante pergunte.

Como explica ele, ainda não se sabe se esses eixos estarão a disponibilidade aos alunos na sua escola. E com as ideias dos outros professores, também não é possível garantir.

É possível finalizar, portanto, com as falas dos professores entrevistados e somado aos referenciais utilizados de que existe uma divergência de informações neste início de implementação do Novo Ensino Médio. Principalmente segundo a reflexão dos professores atuantes. E que por tanto trazido pela nova Lei da Reforma e pela BNCC, não estão atuando e funcionando precisamente na prática. A especificidade de cada professor em cada escola, chama atenção em como as ideias parecem se conversar mesmo em realidades diferentes, contudo trazendo as mesmas críticas e imprecisões.

# Considerações Finais

Neste trabalho, foi apresentado inicialmente o contexto em que a Lei do Novo Ensino Médio foi inserida. Seguindo dos aspectos que buscaram justificar a sua implementação, a Exposição de Motivos [1], na qual os mesmos pontos mais tarde serviram para a aprovação da MPV 746 [2], e assim foram instituídos como a Lei nº 13.415/17 [3], um ano posteriormente.

Nos seguintes capítulos houve a apresentação tanto da Lei, e dos motivos quanto da BNCC [8], documento muito importante para mediar a educação em busca de garantir o direito à aprendizagem e ao desenvolvimento de crianças e adolescentes em todos os níveis da educação básica. A BNCC almeja superar toda e qualquer fragmentação presente nas políticas educacionais e ainda colocar um patamar comum entre os sistemas de ensino, para um ensino de qualidade.

A partir disso, autores da Revista Brasileira de Educação [14], demonstram que esse mesmo caráter imposto tende ao fracasso. Já que acaba por excluir a diversidade e unicidade de cada aluno e escolas. Com uma visão a fim de focar no currículo e assim o aprimoramento em empreendedorismo vir para colocar o jovem a par do mundo de trabalho. Conferindo com um dos professores que caracteriza como “tecnicista”. Apenas aprender as técnicas e executá-las.

Com o olhar voltado para a divisão instituída pela Reforma, a ideia acabou por causar um esvaziamento na formação geral básica e ainda até superficializar os itinerários, como indicou o professor. A carregada mudança, com a intenção de expandir, pesa ao dividir toda a formação básica e ainda adicionar mais componentes curriculares nunca ofertadas antes. A ideia de diversidade acaba indo para o lado contrário, ao tirar cada vez mais o aprofundamento dos conteúdos necessários, deixando as disciplinas mais brandas e superficiais.

A ideia da formação geral básica ir diminuindo suscetivamente entre os anos do Ensino Médio e assim as disciplinas irem desaparecendo, faz com que essa ausência prejudique diretamente os alunos e o seu futuro. Como comentado, com a física, colocada agora somente no primeiro e terceiro ano do Ensino Médio. A falta da continuidade e a quebra de um ano não condiz para os adolescentes em formação. O ensino superior, já com níveis baixos de ingresso, podem acabar por diminuir cada vez mais. A falta de preparo será cada vez maior para a entrada no ensino superior. Sendo que um dos motivos exposto, inicialmente, se tratava em como uma pequena quantidade de alunos ingressam no ensino superior após o fim do Ensino Médio.

A inserção de novas tecnologias, sistemas e plataformas pode ser coerente a todos ao redor, quando bem utilizada e aproveitada. Entretanto a denominada “enxurrada” de aplicação em tecnologias, como cita um dos professores, ocasiona uma sobrecarga nos próprios professores. Além deste emprego excessivo ligado às tecnologias, também sofrem com o falta de capacitação e a estrutura não adequada para o seu uso e ensino. Não são todos os professores que possuem a habilidade de acessar e utilizar com destreza as

plataformas e softwares disponibilizados. Somado a isso, muitas vezes para os alunos usarem o laboratório, os computadores disponíveis não estão todos em funcionamento. Outra reflexão que é considerada também, é como essa utilização vem travada, ou seja, eles devem utilizar especificamente e somente o que a plataforma traz. Coibindo de ir além ou expandirem para outros aplicativos.

E com isso, o ato de ensinar com o objetivo de se tornar melhor e de um mesmo nível a todos, não atinge a finalidade. Com a mesma ideia da inserção das tecnologias, os novos itinerários formativos também se complicam, em relação ao preparo e capacitação apropriada aos professores para sua excelência em sala de aula. A demanda demasiada na diversidade acaba atrapalhando os professores em busca de suprir essa nova necessidade, devido a falta de capacitação. O que da mesma forma, reflete nas escolas, em disponibilizar os aclamados itinerários formativos. Caso a escola não tenha como, ela não vai disponibilizar, pois a obrigatoriedade é de ofertar somente um. Ocasionalmente a falsa imagem na especulada escolha dos alunos em relação às áreas de ensino e habilidades dos itinerários, favoritos a cada aluno.

Estar apto e preparado para ensinar requer um desenvolvimento maior neste novo ciclo. Mesmo com as mudanças, elas não podem trazer malefícios somente, mas que uma readequação na forma em que foi imposta, benefícios podem surgir em todos os cenários. Preparação para com os professores, infraestrutura condizente com todas as escolas, continuidade apropriada para o entendimento dos estudantes, rendimento e desempenho maiores, conseqüentemente. É tudo fundamental e essencial para uma educação padrão de qualidade e assegurada a todos.

Entre as perspectivas de trabalhos futuros, as ideias são de estar cada vez mais perto das escolas para saber adentro como serão os próximos desenvolvimentos do Novo Ensino Médio. Entender a visão dos professores e tentar proporcionar um olhar mais preocupado e que ajude tanto à eles, quanto aos alunos, conseqüentemente. Capacitações necessárias e adequadas, objetivos que condizem com as realidades da maioria das escolas a fim de não excluir essa diversidade e unicidade.

# Apêndice A

## Respostas dos entrevistados

### Professor 1.

Pergunta 1: Você tem conhecimento sobre todos os itinerários formativos? Qual a sua opinião sobre a divisão em formação geral básica e nos itinerários?

*Ta, se eu tenho conhecimento sobre todos todos. Não, não tenho conhecimento sobre todos, até porque foram criados diversos itinerários formativos. É principalmente, tem o itinerário formativo de recursos técnicos. Alguns itinerários formativos de formação do campo para as escolas mais afastadas, que aí o conteúdo ia ser diferente do conteúdo visto no Ensino Médio regular. O que eu tenho conhecimento é de um Ensino Médio administrativo, que tem nos colégios em que eu trabalho e o do Ensino Médio regular, que pode ser separado em Ciências da Natureza e suas tecnologias, ou em Matemática ou Ciências Humanas, Sociais e junto com linguagens. Foram essas opções dadas pelo governo. Aí eu minha opinião sobre a divisão em formação geral e básica e nos itinerários é, eu achei que a divisão antiga, que a gente tinha, por mais que ela fosse alvo de críticas por conta da sociedade e de alguns professores: os alunos têm só uma aula de filosofia. Os alunos têm só uma aula de sociologia. Os alunos têm poucas aulas de biologia, poucas aulas de física, poucas aulas de química. Contudo, ela funcionava. Por mais que a quantidade de aulas fosse limitada os professores já estavam acostumados a longo prazo ter de trazer as abordagens, conseguir conciliar tudo ali, então assim, era algo com que os professores já estavam acostumados. E aí, qual é o problema dessa divisão em formação geral básica e nos itinerários? É além de você, tem que suprimir alguns conteúdos ou disciplinas inteiras para poder encaixar os itinerários, os itinerários, eles foram feitas de de maneira arbitrária, colocaram algumas disciplinas onde não se encontra atualmente ou com muitas dificuldades se encontra profissionais da área da educação que tenham essas formações. E aí eu vou trazer aqui algumas questões. Por exemplo, vai ter a disciplina para quem escolher ciência da natureza. A disciplina de robótica I e programação I. E aí, aqui está falando que a formação docente para a robótica tem que ser física ou matemática. E para programação é matemática ou pedagogo. Então assim, é muito difícil você ver um pedagogo ou pedagoga interessado nessa área de programação, assim como nem toda pessoa de física e matemática tem interesse na área de robótica. Então, o que vai acabar acontecendo? O aluno, ele teve a sua formação geral básica dividida. Suas matérias suprimidas e o*

*itinerário formativo nem vai ser tão revolucionário assim. Então, a minha opinião sobre a divisão de formação geral básica e nos itinerários é que essa divisão foi péssima para a educação e com certeza vai trazer muitos prejuízos aí no futuro.*

Pergunta 2: Você acredita que a Reforma do Ensino Médio traz um caráter mais regulatório ou mais libertador aos professores e alunos?

*Então, voltando até a pergunta anterior da minha resposta, eu acho que vai trazer um caráter mais regulatório. Porque com o avanço da tecnologia, e aí eu estou incluído nisso, eu sou professor de física mas também de pensamento computacional, então é a matéria do Novo Ensino Médio é a disciplina de pensamento computacional. Ela é toda feita em cima da plataforma. É uma plataforma privada chamada Lura, e aí os alunos devem, e essa foi a consideração dos núcleos regionais, eles devem realizar 2 atividades por semana na plataforma. É uma média que a escola tem que atingir. Então assim, como você vai ter um caráter libertador se os alunos estão presos a uma plataforma da qual a maioria deles não tem gostado de fazer as atividades, não tenham preferido. Eles preferem muito mais uma aula onde eu como professor, explica o conteúdo. Explico as atividades. Explico como deve ser feita uma coisa ou outra, ensinando o passo a passo da programação, do que as vídeo aulas prontas. E que traz uma abordagem que não tiram muita dúvida e só aumenta essa quantidade aos alunos. Então a reforma do Ensino Médio, ela traz um caráter mais regulatório, já que os professores vão perdendo a sua liberdade, porque eles vão ter que trabalhar muito conteúdo em pouco tempo, então eles não vão ter tempo para trazer essas aulas diversificadas. Algumas aulas diferentes, né? Porque o professor do Ensino Médio, por exemplo antes em física, que era uma disciplina que tinha 2 aulas semanais, mesmo com somente 2 aulas semanais, o que nenhuma disciplina deveria ter não é poucas aulas, mas é compreensível que o aluno também não pode ficar muito tempo na escola. O professor conseguia trazer algumas abordagens diferentes. Eu trabalhei em projetos diferentes com os meus alunos. O problema agora é que eu só vou ter, eles na verdade só vão ter esse conteúdo de física no primeiro e no terceiro ano. Acho que é até uma resposta de outra pergunta, e aí, eles vão ter no primeiro ano, terceiro ano, com que tempo que eu vou trabalhar uma maior liberdade? Não vai dar. Eu vou ter que me prender a Base Nacional Comum Curricular. As diretrizes, o referencial curricular comum do Paraná, então a Reforma do Ensino Médio vai trazer um caráter, com certeza, mais regulatório do que libertador.*

Pergunta 3: Existe a utilização de diferentes linguagens, mídias ou tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC) relevantes em torno dos temas científicos? Cite exemplos se possível.

*Ta. Essa utilização de diferentes linguagens, mídias ou tecnologias. Elas estão sendo implementadas junto a essa enxurrada. É, e aí a gente pode falar do governo do Paraná, né? É enxurrada de aplicação de plataforma, é investimento em televisão, não é com o chamado Educatron e tudo mais. E aí o que acontece? O próprio slide que vem para todos os professores no nosso, no*

*nosso planejamento, professor, ele tem acesso a uma plataforma, chama registro de classe online e lá tem um planejamento com algumas apresentações. Para as aulas não é? E aí todas apresentações, vão trazer sites onde você tem simulações de física para você aplicar. Só que não falo como não é. É essa é uma questão grande assim, porque você precisa capacitar o professor a trazer esses temas. Então assim, existe a utilização de diferentes linguagens, até existe. Mas aí volta a um problema, não é? Você não tem a capacitação dos professores para poder abordar esses temas. Até tem uma apresentação de ótica em uma das aulas de óptica que mostrava a questão do espelho esférico ou lente esférica ou não me recordo muito bem, mas aí era uma plataforma inglesa e tudo mais. Eu ainda consegui mostrar para os alunos como utilizar essa nova tecnologia, explicar para eles o que seria aquela coisa, mas se você tiver um professor que não têm essa essa habilitação em outra língua, já se torna um problema. Então existe sim, a utilização de diferentes linguagens. TDIC aí essa sigla. Mas o problema volta para a capacitação do professor. O governo federal, estadual, enfim, eles querem trazer novidades à educação, mas não mostram como trazer novidades, né? Você colocar muita coisa em cima do professor e tudo mais, jogar várias coisas para ele deixar que ele lute sozinho é um problema aí para no futuro do Ensino Médio, os alunos serem prejudicados também.*

Pergunta 4: O que você acredita ter tido de inovação, remetendo às tecnologias, com essa Reforma para os alunos enquanto construção do aprendizado? Quais?

*A questão de inovação para os alunos, isso é uma percepção que eu tenho, é quando eu comecei a dar aula de pensamento computacional, os alunos apoiaram muito a ideia de início. Assim eles gostaram por ser uma disciplina que eles não tinham visto durante o ensino fundamental. Mas alguns alunos não tinham muito acesso à tecnologia. Alguns nunca tinham mexido no computador. É que hoje em dia a gente tem essa essa questão de pensar assim: os alunos são da área da tecnologia, eles mexem em tudo, fazem tudo e não sei o quê. Mas alguns alunos têm somente o celular ou somente esse celular, Tablet. Hoje em dia, ou nunca nem escreveram em teclado físico, de computador, ou é somente naqueles do teclado digital, enfim virtual que aparece no Android. Enfim, celulares. E aí essa questão de inovação nas disciplinas é o aluno, o aluno tem uma expansão de interesse e aí vai depender de novo, do professor, manter esse interesse para poder realizar uma reforma na construção do aprendizado, porque os alunos vão ver coisas novas que eles nunca tinham tido contato, e aí eles vão melhorar, não é? Já que eles vão estar mais atentos, mas vamos dizer assim, mais motivado para aprender o conteúdo. Você vai ter essa essa construção de aprendizado melhorado. Mas qual é o problema? É que de novo, se o professor não for capacitado, se ele é, não tiver habilitação suficiente para poder utilizar essas tecnologias ao seu favor, o aluno não vai ter essa construção de aprendizado melhorada. Ao contrário, se o professor tentar utilizar uma plataforma, enfim, uma tecnologia nova, e aí ele se confunde com a tecnologia, ele vai acabar confundindo o aluno. O aluno vai ser prejudicado. Mas a culpa vai acabar não sendo tanto do professor, nem muito menos do aluno, é por conta mesmo dessa aplicação demasiada de tecnologias sem a capacitação dos professores. Então o professor, ele tem uma grande*

*quantidade de aulas para dar, ele tem pouco tempo para planejar essas aulas. Então, pessoal, ele tem 1 hora a cada 3 aulas, não é cada 3 horas de aula para planejar esse essas aulas. E o professor, muitas vezes ele trabalha nos 3 turnos ou trabalha 2 turnos e trabalha em outro colégio. É então assim, ele não vai ter tempo no dia de semana. E, é óbvio, pessoal. O professor tem vida também. Então ele não vai se dedicar integralmente à escola, planejar a aula e enfim. Então a questão de remeter às tecnologias. Existe uma melhora mas depende. Existe uma inovação mas depende da capacitação dos professores. É essa linha de pensamento que eu sigo porque o professor ele precisa de tempo, ele precisa de um curso que de fato mostre para ele como o como essa questão do como é trazer as tecnologias na nas suas disciplinas, enfim, para poder melhorar o ensino e aprendizagem do aluno.*

Pergunta 5: Como ficará a oferta da disciplina de Física para os próximos anos? Qual é a proposta atualmente?

*Atualmente, a oferta da disciplina de física no Ensino Médio regular e no técnico também. Ela vai sair, de 3 anos, 2 Aulas semanais, para vocês terem noção, eu vou fazer uma conta, que física antes tinha era 2 aulas semanais de 45 minutos. Tinha, então, aluno, ele ia ter 43 horas mais ou menos de física por ano do Ensino Médio, a física e a é ser mais ou 128 horas de física nos 3 anos do Ensino Médio. Com o Novo Ensino Médio, a quantidade de aulas semanais continua a mesma, não é? São 2 aulas semanais. Qual é o problema? A física vai ser, eles vão ter, vão ter a disciplina de física somente no primeiro e terceiro ano. Então a oferta da disciplina para os próximos anos é somente no primeiro e no segundo ano, e aí, de 128 horas que tinha na proposta anterior. A física agora somente nos 2 anos, não é que vai aparecer somente nos 2 anos, ela vai ter um tempo, de 128 horas anteriormente, que é que era distribuída nos 3 anos. Agora, a física vai ter 95 horas, tá? Então assim, a carga horária da disciplina nos anos no Ensino Médio, de maneira geral, caiu em 33 horas. Então, o professor vai ter que reduzir, um planejamento que nunca, nunca, coube no tempo, em 33 horas de 3 anos do Ensino Médio, um conteúdo que era visto de maneira contínua. Ele vai ter um primeiro ano com uma pausa e depois um terceiro ano. Qual é o problema também os conteúdos, eles vão ser simplesmente suprimidos. Não vai ter condição do professor passar a todos os conteúdos. É necessário que todos os conteúdos estejam no planejamento de uma maneira adequada. E eu dou aula para o primeiro ano do Novo Ensino Médio. E aí a proposta do governo do Paraná é que nesse terceiro trimestre eles comecem a ver um conteúdo do segundo ano, que era passado em um semestre ou em 2 semestre. O perdão em um semestre inteiro. Eles querem que eu passe esse conteúdo em 2 meses, 3 meses. Até porque o terceiro trimestre vai começar em setembro, acabar em dezembro, mas tem que considerar que os alunos boa parte das provas são no final de novembro já, então até lá tem que ter terminado o conteúdo, né? O governo quer que eu passe esse conteúdo de um semestre inteiro do segundo ano em apenas um mês e meio. Enfim, 2 meses. E aí o professor vai acabar suprimindo muita informação e isso gera uma defasagem para os alunos. Então, a proposta atualmente é essa de redução de carga horária de 128 horas do Ensino Médio inteiro para 95 horas, além de reduzir*

*a quantidade de conteúdo, suprimir. Então, literalmente, vai tirar fora, o que parece estranho não é o aluno ter ao invés dele, é ampliar o conhecimento, melhorar e vai cada vez saber menos. E era essa a proposta, mas eu mantenho a minha crítica, enquanto a esse Novo Ensino Médio.*

## **Professor 2.**

Pergunta 1: Você tem conhecimento sobre todos os itinerários formativos? Qual a sua opinião sobre a divisão em formação geral básica e nos itinerários?

*Eu não tenho conhecimento sobre todos os itinerários formativos e eu acredito que essa divisão na formação geral básica e a possibilidade dos alunos escolherem disciplinas para fazer, é, eu acho, eu tenho uma visão muito negativa a respeito disso. Primeiro porque é até mesmo nessa idade, muitas vezes a gente não tem muita maturidade para escolher, além de que também é ao longo do próprio, ao longo do próprio Ensino Médio, o professor tem muita influência nas disciplinas que o aluno vai gostar, então pode ser que ao longo de toda a educação básica não é fundamental 1 e 2. Ele não tem apreço pelas ciências da natureza e no Ensino Médio ele acaba tendo contato com algum professor que o faça mudar de ideia. E isso é impossibilitado através da da dessa nova obrigação da escolha, não é? Então eu entendo que uma formação geral básica para todos os alunos como acontecia no antigo Ensino Médio é mais benéfica, mais ampla e mais de certa forma democrática também.*

Pergunta 2: Você acredita que a Reforma do Ensino Médio traz um caráter mais regulatório ou mais libertador aos professores e alunos?

*Eu entendo que traz uma falsa ideia de liberdade. Porque, como eu falei na primeira resposta. A gente tem algumas ideias que ao longo do tempo vão mudando, vai percebendo coisas novas e vai mudando de opinião. Então eu acho que essa ideia de ter mais Liberdade e a frase que é tão repetida sobre protagonismo do aluno. É muito mais uma venda de uma ideologia liberal do que realmente uma forma de ensinar coisas diferentes para os alunos. Até porque do ponto de vista dos professores, às vezes a gente não faz a menor ideia do que tem que ser ensinado, sem falar que a gente também não tem a menor preparação para isso. Eu acho que é muito problemática essa questão das novas disciplinas, sendo que a maior parte dos professores não têm a menor formação para isso.*

Pergunta 3: Existe a utilização de diferentes linguagens, mídias ou tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC) relevantes em torno dos temas científicos? Cite exemplos se possível.

*Eu não acredito que existe. Primeiro porque o que eu tenho visto este ano é apenas uma substituição daquelas televisões laranja para aquelas de tela plana, que são as que tem rodinha. E para mim, isso não tem a menor diferença no aspecto de aprendizado dos alunos. Levando em conta também a intensa precarização que toda rede pública de ensino vem sofrendo e sem falar daquela disciplina, que é ministrada de forma remota, pela Unicesumar, que não faz o menor sentido, os alunos ficam simplesmente vendo uma vídeo aula. Isso não faz sentido para o conceito pedagógico para. Não faz o menor sentido essa disciplina, então você simplesmente colocar uma televisão mais tecnológica lá*

*não significa que o aprendizado vai estar conversando com essas tecnologias. É só um slide ou um vídeo, que você vai conseguir colocar na hora. Isso não tem relação direta com o aprendizado. Sem falar que também muitas escolas possuem apenas um laboratório de informática, então todos os professores têm que ficar disputando aquele laboratório de informática entre si. Então essa ideia de que está sendo aproximado a tecnologia dos alunos é uma completa mentira.*

Pergunta 4: O que você acredita ter tido de inovação, remetendo às tecnologias, com essa Reforma para os alunos enquanto construção do aprendizado? Quais?

*Eu sempre ouço uma certa cobrança partindo da equipe pedagógica e da equipe diretiva para os professores utilizarem as plataformas que o estado vem fornecendo. Eu não sei exatamente o nome, mas eu sei que tem uma para a redação, uma para inglês e uma para matemática. É, eu não tenho conhecimento sobre nenhuma na física. Mas muitos professores relatam uma grande dificuldade de ter que ficar acessando que sempre dá problema no login dos alunos e tudo mais e que muitas vezes, eles acabam perdendo a maior parte da aula só para acessar essas plataformas. Então eu não vejo essa utilização dessa obrigatoriedade de utilizar essas plataformas como benéfica, muito pelo contrário. Eu vejo mais com apenas uma. De tentar basear o discurso do governador numa tentativa de implementar tecnologias na Educação básica e do Ensino Médio.*

Pergunta 5: Como ficará a oferta da disciplina de Física para os próximos anos? Qual é a proposta atualmente?

*Até onde eu sei, agora, no Novo Ensino Médio, a disciplina de física será afetada no primeiro e no terceiro ano do Ensino Médio. Eu não tenho um conhecimento muito profundo sobre os itinerários formativos, porque desde o ano passado, 2021. Nas reuniões pedagógicas de 2022. São sempre repetidas as mesmas frases, dizendo que vai possibilitar um maior protagonismo do aluno nas escolhas para sua vida e nada é falado de fato sobre como os professores deverão implementar e se os professores terão uma formação complementar em relação a isso.*

### **Professor 3.**

Pergunta 1: Você tem conhecimento sobre todos os itinerários formativos? Qual a sua opinião sobre a divisão em formação geral básica e nos itinerários?

*Eu tenho o conhecimento sobre os itinerários que vão ser vão ser ofertados aqui na escola né. São 2 opções só. É, a princípio, a proposta, era ter uma porrada de itinerário diferente. Iam ter várias opções para o aluno escolher e tal, não sei o quê, mas acabou se reduzindo só a 2, né? Humanas e exatas, basicamente. Uma divisão tosca, inclusive, não é, mas basicamente essa é a divisão e aí? A ideia é que, na verdade, esse itinerário, subindo para a parte da divisão entre formação geral e uso de itinerários. Ele, na verdade, esvazia a formação geral e superficializa a parte dos itinerários, né? Eu não tive acesso ainda ao planejamento dentro do que serão as disciplinas no itinerário. Sei quais serão, mas não sei ainda o que exatamente elas vão tratar. Mas se for usar como parâmetro o planejamento disponibilizado para o primeiro ano,*

*formação geral básica no primeiro ano que tem do estado super superficial, não é? Muitos, parcial e nossa, assim curiosidade só não tem aprofundamento nenhum, é? Que passa de uma maneira muito rápida. É uma aula para falar sobre isso, sei lá, toda conservação de energia, sabe? Tipo, é uma coisa bem vazia. Tentou falar sobre as 3 leis de Newton em 2 ou 3 aulas. É uma coisa bem, bem, bem vazia mesmo assim, a preparação de conhecimento de conteúdo sumiu. A impressão que eu tive, pelo menos é essa, a divisão em formação geral e nos itinerários a visão que eu tive, ela não é. Eu não acho que a ideia não seja tão ruim. A execução é péssima e a estrutura que fizeram sim, péssima. Mas você tem uma formação geral básica que daí não diminuiria o que já o já tinha antes, e sim acrescentar novas opções. E talvez até estender um quarto ano de Ensino Médio, integralizar o ensino, ia ser ótimo. Mas do jeito que fizeram, foi só para esvaziar mesmo. É só para afastar o acesso ao ensino superior do aluno para a escola pública. É um projeto neoliberal, né?*

Pergunta 2: Você acredita que a Reforma do Ensino Médio traz um caráter mais regulatório ou mais libertador aos professores e alunos?

*É, apesar do discurso usado pela reforma. Ele é mais regulador, e não libertador. Essas novas disciplinas que vão começar que nem chamam disciplinas. Tem um outro nome, eu esqueci. Isso, componentes curriculares, são os componentes curriculares. Por exemplo, tem um que é energia e suas transformações, astronomia, sei lá, uma mistura entre astronomia e energia e a discussão de energia. E pelo que os professores que estão fazendo os cursos de formação trazem de informação. É que vem o planejamento já totalmente estruturado e travado. Não dá nem a opção de mudança, então todo mundo deve seguir a mesma. A mesma ordem de conteúdo, ao mesmo tempo, sendo coerente com a realidade da escola ou não, não é? Então eu acho que vai ser mais regulatória.*

Pergunta 3: Existe a utilização de diferentes linguagens, mídias ou tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC) relevantes em torno dos temas científicos? Cite exemplos se possível.

*Até agora, eu não vi nada de relevante, de nenhuma mudança. De novo existe um planejamento disponibilizado pelo SEDE - RCO+ em que ele traz as aulas prontas, mas até coloca algumas atividades mão na massa, alguma coisa assim que tenha alguma alguma movimentação do aluno, para o aluno participar, mas são as mesmas simulações que a gente usa há sei lá, faz 10 anos do Phet Colorado, por exemplo, sabe? Então, tipo assim, renovação mesmo para a física, nada. Não percebo.*

Pergunta 4: O que você acredita ter tido de inovação, remetendo às tecnologias, com essa Reforma para os alunos enquanto construção do aprendizado? Quais?

*Então, de novo para a física, não, não consegui perceber nada. Talvez na verdade é já adiantando um pouquinho a próxima pergunta, a física, ou pelo menos os professores de física serão responsáveis pelo ensino de robótica no segundo ano. E aí, se não tiver renovação tecnológica e aí (porra) não tem nem como ensinar robótica né, agora se vai ter de fato aí quem vai ser responsável por isso é a mantenedora e não, não a gente. Mas assim é para física, então,*

por enquanto, no primeiro ano, nada. Promessas é que vão ter. Mas para o primeiro ano ainda não. O que teve foram as plataformas de português e redação, que daí os alunos têm que estar sempre produzindo alguma coisa lá na plataforma, né? Os textos, as trilhas de aprendizagem, tudo mais e um acréscimo de pensamento computacional. Nos primeiros anos que são 2 aulas semanais, que daí tem alguma coisa de programação, tem produção de jogos e tal que daí fez eles terem mais contato com o computador em si, porque apesar de eles serem aquela geração dita, nativa, tecnológica, não é nativa digital. É, de fato, eles não têm conhecimento sobre a tecnologia. São usuários acríticos do aparelho, mas sem saber o que acontece ali sem ter nenhuma noção de construção e tal. Aí o pensamento computacional, pelo menos nesse aspecto, foi legal. Não sei se está bem estruturado porque eu não peguei aula sobre. Mas tem potencial de ser legal. (mas é para gestante física que dá áudio fazer muitas artes aqui no não) Ficou em aberto para qualquer um aqui no colégio. Basicamente, qualquer um. Quem estava com o tempo sobrando para pegar algo, é tem a professor, tem uma professora de matemática ou com o primeiro ano, tem um professor de biologia com o primeiro ano e tenho uma professora de educação física com o Primeiro ano, então são 3 primeiros anos, 3 professores diferentes e eu acho que daí, voltando também na pergunta 2 lá lá é. Para o professor, que não tem informação para ensinar, eles trouxeram toda a linha de aulas, todo o planejamento rígido estruturado, então, para quem não sabe, não sabe dar aula sobre, vai seguir aquilo vai virar um, sei lá, você vai seguir aquela receitinha de bolo, né? Também totalmente deslocado da realidade. Para quem tem conhecimento, provavelmente deve ser difícil seguir aquilo. Não sei. Na verdade, eu estou conjecturando, mas para quem não tem conhecimento, consegue pelo menos dar conta das salas. Sabe que eu vou viajar na crítica porque, mas a grande questão é essa.

Pergunta 5: Como ficará a oferta da disciplina de Física para os próximos anos? Qual é a proposta atualmente?

Quer dizer, na verdade, segundo ano não tem física nem se escolher o itinerário de exatas não é, não tem física. O que vai ter vai ser aquele com o novo componente curricular, que é a robótica e tecnologia. Sei lá, aplicação de robótica, sei lá. É um componente curricular que daí o professor formado em física vai ter prioridade para escolha. Na verdade, não só de física, daí seria física, química ou biologia que vai ter essa possibilidade de escolha. Mas física mesmo, não tem. Inclusive, lá no terceiro ano também volta a ter física como disciplina, mas não é a quantidade de quer dizer. Não me dá. Aí vai depender, né? Mas mesmo na formação do itinerário de exatas, aí as outras, os outros componentes que vão aparecer, também foi professor de física, não é de fato física. É sempre alguma coisa, que tem alguma relação com alguma... (É o que acontece com os conteúdos que antes eram dados para escola, sumiram). Então eu não sei se eles vão tentar enfiar isso dentro desses componentes, por exemplo, sei lá. Exemplo, vou falar de robótica e você vai falar sobre o surgimento de sei lá, circuitos controladores, aí você vai ter que ensinar sobre. Sei lá. Eu esqueci o nome do negócio que deixa passar corrente elétrica para um lado só, o diodo, sobre ponte, sei lá, transistor sobre, sabe daí vai ter que tratar de elétrica para ensinar um pedaço desses surgimento. Lá tem astronomia, energia e você vai falar de astronomia, se vai falar sobre Conservação de

*energia e de força de atração gravitacional. E sabe, eu, eu não sei se esse é o, esse é o propósito deles. Tentar contextualizar em torno de uma coisa mais ampla. E aí trazer esses conteúdos? Mas o que eles tentaram já fazer, isso que eu garanto que está no primeiro ano, que está no primeiro ano. No Novo Ensino Médio, o primeiro ano é quando eles tentam fazer isso. É o conteúdo, assim, a parte mais propedêutica ali de conteúdo rígido, mesmo ali, né de resolução de exercícios e entendimento das dos conceitos. Ficou uma coisa meio apagada, ficou muito mais a questão da curiosidade. Tipo à formação da lua, tem a ver com a força gravitacional. Vamos pro próximo assunto. Sai daí com uma coisa meio meio vazia, por exemplo.*

#### **Professor 4.**

Pergunta 1: Você tem conhecimento sobre todos os itinerários formativos? Qual a sua opinião sobre a divisão em formação geral básica e nos itinerários?

*É assim a questão do itinerário é uma coisa, que não é passado informações inclusive para a gente que está dentro. Começou a dizer que teria vários itinerários, esses vários, a gente não sabia quais eram. Que na prática não parece que vai ser porque eles não fizeram a escolha. O pessoal que está no primeiro ano vai fazer escolhas. É basicamente, eles vão escolher, linguagem e humana ou matemática? Ciências da natureza? Então, basicamente, serão só 2 itinerários. Então assim, nós ouvimos, não é a questão de saber quais são, na verdade nós não sabemos, porque nunca foi passado, fica tudo naquela questão do olha, eu acho que vai ser assim, não pode ser de outro jeito. Nunca foi falado para gente. dá também agora o que? Na verdade, a área de natureza seria uma itinerário junto com matemática. Outro de linguagem, ciências humanas. Terceiro, que seria profissional mas que não contempla os colégios que eu trabalho, não é? Então, basicamente, seriam esses que nós temos conhecimento prático. Seriam essas essas 3? Porque parece que não era a proposta inicial, mas enfim. A minha opinião sobre essa divisão de formação geral básica, não é? Eu sinceramente, eu não sei se soma porque mais priva o aluno de conhecimento. Não, sendo assim concordando que nós tava tudo 1000 Maravilhas, não é nem por esse caminho, não é? Eu acredito que toda mudança é válida, mas quando, ao invés de ela melhorar, ela priva conhecimento. Eu não acho que é isso. Porque parece que é essa ideia do conhecimento e não melhorar o conhecimento.*

Pergunta 2: Você acredita que a Reforma do Ensino Médio traz um caráter mais regulatório ou mais libertador aos professores e alunos?

*Com certeza, é mais regulatório. É toda a discussão no Ensino Médio. Ela vinha sendo historicamente que você pesquisou isso mais do que eu sei te dizer. Ela vinha sendo construída por um processo participativo. Realmente, só que ela aconteceu, porque eu acho que foi por decreto, né? O pessoal deu canetada e pronto, Temer fez isso e vai ser assim. Acabou. Então, tudo o que se discutia com estudiosos como pessoas envolvidas se transformou numa canetada? E aí, na verdade, parece que foi uma coisa só para dizer que fez. Do que para ser uma coisa, realmente. Eu acho que o libertador, no sentido da pergunta sua, é isso? Não tem mais essa Liberdade de estudar, de ter mais prazer pelo conhecimento. E em sala de aula, conversando com os alunos, a gente não*

*percebe a escolha que eles estão fazendo, não é? Não senti que é algo legal, vou ter que estudar coisas que eu gosto agora. Não está sendo nesse sentido. Muito pelo contrário. Tem até essa crítica, tá? Mas se eu estudar isso, eu não vou estudar outra coisa, né? Então é você diz que é mais uma questão de regulamentação porque tinha que ser feito e vamos fazer e pronto. Não tem o intuito de deixar o aluno mais à vontade para ele sentir mais prazer para estudar aquilo que ele gosta, não é? Seria mais um por questão regulatória mesmo.*

Pergunta 3: Existe a utilização de diferentes linguagens, mídias ou tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC) relevantes em torno dos temas científicos? Cite exemplos se possível.

*Na verdade, o que nós utilizamos, quem já utilizava algo relacionado com tecnologias de informação digital e tudo mais continuou usando, mas não que a reforma tenha possibilitado isso. Eu acho que era mais uma questão de professores terem afinidade com o tema que já usava, independente da Reforma do Ensino Médio. E promete continuar utilizando. O que tem vindo para nós na rede do Paraná específica é que o governo tem criado sim. No banco de dados as salas de aulas é um ente, estão equipadas com TVs com conexão de internet, Smart TV e tudo mais. Só que na prática, é para sua utilização de um material. Então, se eu quiser trabalhar algo, eu até posso, mas não é uma coisa tão simples. Eu tenho um material aqui ligado à tecnologia, vídeos, simuladores. Eu quero utilizá-lo, já não é uma coisa tão simples, até dá. Mas você percebe que o que foi feito é para usar o material do governo? Era para usar isso, te amarrar, não é? Ele até coloca várias ideias do dia a dia, de materiais digitais, tem sim. Não estou negando que eles colocam, mas é o que ele quer e não depende de um professor. É, tem todo um interesse de trabalhar.*

Pergunta 4: O que você acredita ter tido de inovação, remetendo às tecnologias, com essa Reforma para os alunos enquanto construção do aprendizado? Quais?

*É, na verdade, o que os alunos têm feito na prática, não é? Não é na física em específico, não é. Mas eles têm algumas plataformas, por exemplo, língua portuguesa, de inglês, que até tem a obrigatoriedade do uso da plataforma. Aquilo que eu falei eu vou ver, disponibiliza plataforma aí esses professores estão de certa forma obrigados mesmo a usar. Olha, desse tanto das aulas, dá uma carga horária que tem que se utilizar dessa plataforma. Esses recursos, não é? Como não é da minha área, sinceramente, eu não sei se depois o aluno fora do ambiente escolar, do laboratório de informática da escola tem acesso à elas. Eu não sei se a forma que ela foi montada, onde é a maneira como é feita, se é atrativa para o aluno. Eu uso isso para ações de alunos quando eles vão para laboratório, não é? Eu pelo menos imagino que ligar o cabo no computador, e ligar o computador, seria uma coisa mais estimulante. Mas eu não sinto. Posso estar sendo injusto porque é uma plataforma usada por outros professores, às vezes para aquele professor o trabalho dele tem sido melhor. Mas nós, em física, não. Nós não temos algo. Novamente, o que tem é o que está vinculado. Utilizando o recurso que o governo colocou na nas salas de aulas esse ano, não é? É, mas aí o que eu utilizo, só o material*

*que ele está propondo. Daí eu vou ter lá assim não é alguma coisa ligada à área de informática, internet, simuladores e tudo mais, né? É as plataformas nesse sentido.*

Pergunta 5: Como ficará a oferta da disciplina de Física para os próximos anos? Qual é a proposta atualmente?

*Novamente, tá? É o que nós ouvimos, porque quando você pergunta realmente como vai ficar é “ estamos vendo”. E assim, são as respostas que nós temos, infelizmente. Mas foi um grande esquema que não foi passado hoje. Praticamente 100% dessas escolas, são primeiro, segundo e terceiro ano, 2 aulas semanais em cada ano. Porque se trabalha uma sequência de conteúdo. E agora causa os alunos escolherem o itinerário. Se não é de ciências da natureza, obviamente pela proposta, não que eles não terão aula de física, eles terão só que em menor quantidade. Primeiro e terceiro ano, segundo, não tem aula de física de qualquer jeito. Não precisa de física? Aí vem a estranheza. Seria com o itinerário, e então eles vão ter mais aulas? Não. Vai ter o mesmo que eu no primeiro e no terceiro ano, segundo só não tem aula. Da mesma forma que biologia não tem um terceiro. Aí é loucura que eu acho mais no terceiro ano. Se eu não me engano, invés de ter 2 aulas no primeiro. Tem 2 aulas do primeiro e 4 no terceiro. É, acho que é 4, é uma coisa assim. Porque nem nós, nem os outros professores sabemos exatamente quantas serão. Então, na verdade, você tira. Popularidade? Isso é a maior estranheza. Não é porque não quer estudar ciências humanas. Vamos aceitar como normal. Mas o aluno escolheu. Não sei como ele não tem aula. Terceiro ano, ele não tem aula de biologia. Eu não deveria estudar mais. E parece que não é bem assim que foi montado. Ele vai ter mais áreas que envolvem. Pelo menos no estado, se fala da questão de estudar robótica. Quem poderia dar essas aulas de robótica seriam os professores de física? Está bem. Você está se formando, você aprendeu robótica para dar aula na escola? Acredito que não? Mas eu não sinto que seja confortável de qualquer maneira. Então, especificamente estranha, né? Da questão da oferta, da disciplina, é mesmo para quem escolhe ciências da natureza, física não será ofertado em todos os anos. Biologia, não será. Química também. Não, porque ninguém responde a gente quando a gente pergunta como vai ficar o ano que vem? Ninguém, na verdade. Aí então basicamente mesmo se o aluno escolhe mas na verdade não tá escolhendo, é isso? É o que dá para entender. Nós temos uma planilha de como que é organizado na prática, só não tinha para quem tem curso profissionalizante, e não é o caso da escola que eu trabalho. Então sinceramente os detalhes? Para quem escolhe ciências humanas, não é muito diferente. Aluno que escolhe que optou por fazer o itinerário, ligada à ciência da natureza, ficaria subentendido que ele vai ter mais aulas de física, mais aulas de biologia e aulas de química, pelo menos é a ideia. Que ele vai ter uma aula a menos de história que vai ter uma aula mais de física/química por exemplo, mas não. E isso já parece que é claro, ele vai ter aula de física no 1º, que já tem, independente não vai ter aula de física no 2º, somente química e biologia e não vai ter aula de física no 3º ano. Vai ter um volume maior de aulas de física porém concentradas em um único ano. Particularmente, mais aulas no 3º, e se pensar nos 3 anos, tá mas se pensar em um ponto de vista pedagógico e didático e tudo mais,*

*you stay a year without studying and you push it all at once, only this amount of class in the last year, I don't know if it's a pedagogical and rational and human strategy. It's you always having a pattern of continuity, but you interrupt and in the 2<sup>o</sup> the disciplines will be with affinities linked to the knowledge of physics but not the physics class and in the 3<sup>o</sup> since you return, you will have more classes, but you won't have a biology class because in the 2<sup>o</sup> year you will have more biology classes, so it's a very unbalanced thing. With 2 classes here and then quite a bit there in the other, it's a bit strange, it's what was presented to us up to now. I understand here, it's a bit like a big uncertainty. It's not because up to now the year that comes you don't know for sure what will happen in the 2<sup>o</sup> year, you don't have a physics class, that's already certain, the Planilha that was passed to us, so now only in the third year. In the third year you will have more 3 or 4 classes, I know you will have more classes. From a pedagogical and didactic point of view, it's valid, you interrupt a cycle and overload in another stage, but it's not advantageous for the student. If you think for the professor, the professor who likes to give a class for the 3<sup>o</sup> year, in my case, I like a lot to work with 3<sup>o</sup> year content, it's a question of affinity, even though you have a class in the 3 years. It's logical if you can have more classes in the 3<sup>o</sup> year, logical that I have more ease and I like to work, so if you have more classes in the 3<sup>o</sup>, it's legal. But you forget your own taste and we think about the student and the continuity of teaching, of having a progressive formation, of increasing over the 3 years, but no, you study, you interrupt and then you overload in the last, and unfortunately that's the reality that we have, in this way. The year that comes the students won't have the discipline of robotics, right? The proposal is the discipline of robotics with physics, so much so that it's given preference to physics teachers to work, but if you ask how these robotics classes will be, no one knows. To say, you know, but if the professor asks no one gives the answer. If someone got that answer, that's good, because I work in 3 schools and teams and different contacts, and no one knows, it's in that, even though you already know what's decided and it's not officially passed to us. How will it really be and we will discover, we discovered in the 1<sup>o</sup> year, how would it be in the 2<sup>o</sup> year? Because neither the students know and I consider it a very serious problem, the student didn't do research, but the choice is made at the time of enrollment, the year they will opt for the itinerary, and the student when they were looking for to know what would be the difference, "will you choose which"? We have this planilha, this table that is the information we have, that whoever studies natural sciences in these disciplines and in these disciplines they don't appear physics in the 2<sup>o</sup> year, even though the itinerary of natural sciences, it's like this.*

#### **Professor 5.**

Pergunta 1: Você tem conhecimento sobre todos os itinerários formativos? Qual a sua opinião sobre a divisão em formação geral básica e nos itinerários?

*In the itineraries I don't know very well. In reality, in the school they won't be applied this year, in the second year of middle school. So here in Paraná it will be, in the case of Maringá, I don't know if in Paraná it will be applied this year. So I didn't give any class of itinerary. I don't know about them. So I can't answer the question.*

Pergunta 2: Você acredita que a Reforma do Ensino Médio traz um caráter mais

regulatório ou mais libertador aos professores e alunos?

*Eu acho que é mais regulatório. Inclusive é uma das coisas que a gente mais comenta entre os professores é que a gente vai estar preparando pessoas para o mercado de trabalho. E não para serem empresários, igual o ensino médio, prevê, não é? Você fazer uma criança escolher o que ela quer trabalhar o resto da vida no segundo ou primeiro ano do ensino médio, e ela não pode trocar mais. Só que o Novo Ensino Médio é pautado no tecnicismo, né? Então as crianças precisam, os alunos, as crianças, os alunos precisam aprender técnicas e executá-las. E não desenvolver o pensamento ou a liberdade de pensamento. Então, eu acredito que ainda seja um caráter mais regulatório.*

Pergunta 3: Existe a utilização de diferentes linguagens, mídias ou tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC) relevantes em torno dos temas científicos? Cite exemplos se possível.

*Bom, não sei se respondi a pergunta ou se eu entendi direito, Lu, Para você, pergunta sobre se existem infraestrutura para outros modos de ensino, né? Bom lá no colégio que eu trabalhei, tenho. Então, assim, lá toda sala tem o seu computador, tem seu projetor, tem seu ar-condicionado, tem um som bom, tem um quadro bom, tem que a própria escola fornece o giz. Tipo, tem um laboratório de física muito bom, tem de Informática, um laboratório de informática muito bom, tem quadras muito boas. Tem assim no colégio que eu trabalhei. Tem essas essas coisas. Porque lá eles tem mais verba, então tem uma estrutura melhor. Não sei dizer quanto aos outros colégios públicos.*

Pergunta 4: O que você acredita ter tido de inovação, remetendo às tecnologias, com essa Reforma para os alunos enquanto construção do aprendizado? Quais?

*Sim. Aqui, só acho que também é um efeito da pandemia, não é? Porque, por exemplo, o nosso tempo de Ensino Médio que não faz muito tempo, a gente não usava Classrooms usava, o Meet não usava o que os professores usaram na pandemia. Lá, o drive, muito menos o drive. Então, tipo, isso tornou acessível na pandemia e a principal documentação que a gente tem agora é o Meet. Basicamente, além do RCO que a gente tem que preencher a cada aula, a gente tem o Classroom, então lá a gente posta conteúdo para alunos de exercício, referência e tudo mais. Mas não sei se isso foi da BNCC. Eu acredito que foi efeito da pandemia, mas a BNCC trouxe, por exemplo, o Educatron. Eu não vi como ele funciona. É, então o Educatron é algo novo. Nunca fui atrás de pessoas e nunca me chamaram pra eu saber que tem alguma coisa lá. Para o ano que vem eu sei que vai ter uma disciplina de robótica. Mas é que eu não sei direito como funciona o Educatron. Eu Acredito que lá na escola não tinha. Se é algo bom, eu não sei. Mas pelo falam, não é nada bom. Não sei.*

Pergunta 5: Como ficará a oferta da disciplina de Física para os próximos anos? Qual é a proposta atualmente?

*Pois é, quando a gente avaliou o PTD. Para o plano 2023. Agora, não é? É algo aterrorizante, dá vontade de sair do curso e fazer outra coisa, porque... Enfim. É absurdo, não é? Por exemplo, a gente estava com 3 professores. Eu*

*estava substituindo um, então a gente estava com 4 professores no colégio. A gente tinha uma carga horária para o ensino médio, era 2 pro primeiro ano, 3 por segundo, 3 terceiro. Isso é semanal, né? E aí, com novo ensino médio, ao final dos 3 anos, que vai estar aplicado no ensino médio completo. A gente vai ter 2 aulas no primeiro ano, 2 no segundo e o terceiro não tem aula. Isso lá no colégio, nos colégios públicos em geral parece que aqui no Paraná é no segundo ano que não vai ter física. Então o que acontece nas matérias com conteúdo que a gente tem que dar é basicamente o mesmo. A base é quase a mesma. Muda uma coisa ou outra ali, uma adaptação ou outra, tinha uma coisa em outra, só que são conteúdo para ser dado em 3 anos e a gente vai ter que dar esse conteúdo em 2 anos. Um dos piores pontos para a gente é, por exemplo, você tem que ensinar toda parte de termodinâmica, calorimetria, termometria no terceiro trimestre, que é o trimestre mais difícil para ensinar alguma coisa porque tem vários eventos na escola, vários feriados e tem concursos e tudo mais. É, você tem que dar essa parte que você demora geralmente 6 meses, 3 meses ali, picotado. Então assim o conteúdo, que é respectiva ao segundo ano, foi dividido. Então vai ser no primeiro ano, você vai dar no primeiro e segundo trimestre todo o conteúdo do primeiro ano. Aí o terceiro trimestre, uma parte da metade do segundo ano. E no segundo ano do ensino médio, você vai dar todo com o restante do conteúdo e todo o conteúdo do terceiro. Então isso, tipo, como que eu vou proporcionar atividades em laboratório, como que eu vou proporcionar uma pesquisa, uma apresentação de trabalho ou alguma atividade que demande mais aulas, algumas discussões? Porque, tipo, eu não tenho tempo para isso. Eu tenho que chegar, tenho que passar todo o conteúdo no quadro, tenho que dar a lista de exercícios como tarefa e eles têm que fazer, porque se não, não consigo passar todo o conteúdo que eu tenho que passar. E aí você vai olhar, por exemplo, o PAS que é o concurso para esse nível aqui na região, né? O PAS não adaptou nada. Os conteúdos que caíram no PAS no ano passado foram os mesmos que caíram esse ano agora de 2022. Então, o que caiu 2021 foi mesmo 2022. Se mudou, mudou pouca coisa, mas, tipo assim, o conteúdo do segundo ano do ensino médio, que está previsto, que era para dar no primeiro ano, não caiu no PAS. Então como que a gente muda tudo, a base do ensino médio, mas os concursos para entrar na universidade continuam o mesmo? Não sei do Enem, mas claro que não ia mudar porque o Enem é para os 3 níveis, não é do ensino médio e os 3 níveis ainda não pegaram. O Novo Ensino Médio é sei lá. É a perspectiva para física é que a gente vai ficar desempregado. Ai é triste. Tipo assim, no colégio a gente fez assim, para esse ano de 2022, não tinha o PTD dos colégios militares. Ficou pronto no final de setembro. Se eu não me engano, a gente analisou ali no colégio e voltou para Curitiba. A gente não aplicou ainda ensino médio lá no colégio, tipo, teve algumas disciplinas, algumas mudanças de carga horária, mas ainda não foi aplicado em nível de conteúdo, sabe? Então, no segundo ano agora eu vou até se eu for eu ficar lá, eu vou até conversar com as pedagogas para perguntar para elas. Vocês querem que eu siga o que o Novo Ensino Médio propõe? Que aí eu vou ter que dar o conteúdo do segundo e terceiro ano. No primeiro ano que eu não comecei o conteúdo do segundo ano. Ou se vocês querem que eu siga o que cai no PAS? Porque no ano passado o foco foi esse. Passei o conteúdo que cai, que está na grade do PAS. A gente conseguiu. A*

gente responde basicamente ao colégio militar de Curitiba. Então, se o colégio militar de Curitiba resolver seguir um padrão, a gente vai seguir esse padrão. Colégio militar de Curitiba tem mais de 70 anos. Então basicamente quem decide é lá. A gente acata, claro, as adaptações existem. Por exemplo, projeto de vida. Com todo o respeito ao professor que dá projeto de vida, ele tá nem aí para a matéria. O professor, geralmente são professores de história. E projeto de vida não tem nada a ver com história, tem nada a ver com a história. Ele pega para completar horário para ele não ficar desempregado. O colégio até mandou uma pergunta dos itinerários, né? Mandou um formas pra gente preencher. Você daria aula do quê? Aí eu coloquei lá, por exemplo, é matemática financeira, educação financeira, sei lá. É, coloquei até robótica, coloquei uns negócios lá, e aí aonde dava para comentar eu comentei, assim eu não tenho formação para isso, eu não tenho a menor ideia de como eu vou passar isso, mas entre ficar desempregado, eu tomo a matéria. Eu estudo, eu dou matéria para eles porque tá catastrófico. Tem o professor de história das criancinhas, né? Do fundamental, a formação dele é história. E projeto de vida como se fosse uma mostra de profissões o ano todo, se vai vendo isso, tem prova disso. Tipo, é uma aula por semana que você perde de história mesmo ou sociologia, filosofia. Eles têm uma aula por semana de filosofia. Então, não sei se posso falar isso, mas a gente está torcendo para o governo atual mudar esse negócio. Vou até procurar o outro curso para fazer algo que dê para trabalhar. Quando a lei da termodinâmica disse que o universo tende ao caos. Não estava errado. O negócio, não só na física, né? Física é a perspectiva que a gente tem. Que é onde onde a gente trabalha, onde a gente estuda. Mas não só na física. As propostas em muitos colégios existem outro problema que é, por exemplo, a criança vai escolher se ela quer sim estudar natureza ou ciências humanas, por exemplo. Se ela escolher da natureza ela vai fazer da natureza, ela não vai ter esse clima de humanas. Não vai ter sociologia, não vai ter, sei lá, literatura, não vai ter artes, não vai ter filosofia. Só que existe um outro problema que é. Quais as escolas vão ofertar? Porque assim se você está matriculado numa escola, você quer fazer ciências da natureza, precisa de uma infraestrutura com laboratórios, não é todo o colégio que tem o laboratório, se vai fazer ciência da natureza. E o seu colégio não oferta, você vai ter que fazer outro colégio. E aí os colégios que ofertamos tem capacidade para todo mundo? Então, tipo, no final você vai acabar tendo que fazer o seu colégio oferta. Aí é outra diferença do do colégio da polícia militar, pelo que eu estava conversando com eles. Me parece que eles vão ofertar todas. Então, tipo, apesar de ser um colégio público, é um colégio totalmente diferente. Totalmente diferente.

# Referências Bibliográficas

- [1] BRASIL, “Legislação informatizada, medida provisória 746/2016 - exposição de motivos.” Disponível em: [https : //www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/2016/medidaprovisoria – 746 – 22 – setembro – 2016 – 783654 – exposicaodemotivos – 151127 – pe.html](https://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/2016/medidaprovisoria-746-22-setembro-2016-783654-exposicaodemotivos-151127-pe.html).
- [2] BRASIL, “Medida provisória MPV 746/2016,” 2016. Disponível em: [http : //www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2015 – 2018/2016/mpv/mpv746.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2016/mpv/mpv746.htm).
- [3] BRASIL, “Lei 13.415, de 16 de fevereiro de 2017,” 2017. Disponível em: [http : //www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2015 – 2018/2017/lei/l13415.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm).
- [4] BRASIL, “Lei de diretrizes e bases, lei n° 9.394/96,” 1996. Disponível em: [http : //www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm).
- [5] M. Ribeiro, *Competências: a pedagogia do Novo Ensino Médio*. PhD thesis, PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM EDUCAÇÃO: HISTÓRIA, POLÍTICA E SOCIEDADE - PUC, 2003.
- [6] M. R. d. S. Celso João Ferreti, “Reforma no ensino médio no contexto da medida provisória n° 746/2016: estado, currículo e disputas por hegemonia,” *Revista Educação e Sociedade*, vol. 38, pp. 385–404, 2017.
- [7] M. R. da Silva, “A bncc reforma do ensino médio: o resgate de um empoeirado discurso,” *Educação em Revista*, vol. 24, p. 214130, 2018.
- [8] BRASIL, “Base nacional comum curricular,” 2018. Disponível em: [http : //basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf).
- [9] M. A. da S. Aguiar; Malvina T. Tuttman, “Políticas educacionais no brasil e a base nacional comum curricular: disputas de projetos,” *Em aberto, Brasília*, vol. 33, pp. 69–94, 2020.
- [10] R. Ostermann.F, “BNCC, reforma do ensino médio e bnc- formação: um pacote privatista, utilitarista minimalista que precisa ser revogado,” *Caderno Brasileiro de Ensino de Física*, vol. 38, pp. 1381–1387, 2021.
- [11] BRASIL, “Emenda constitucional 95/2016,” 2016. Disponível em: [http : //www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm).
- [12] A. C. B. Karen Cristina J.R.S, “Novo ensino médio e educação integral: contextos, conceitos e polêmicas sobre a reforma,” *Educação, Santa Maria*, vol. 43, pp. 521–534, 2018.

- [13] R. Ferreira.A.R, “O projeto da MP nº 746: entre o discurso e o percurso de um novo ensino médio,” *Ensaio: aval políticas públicas educacionais, Rio de Janeiro*, vol. 26, pp. 1176–1196, 2018.
- [14] M. de Oliveira Costa; Leonardo Almeida da Silva, “Educação e democracia: Base nacional comum curricular e novo ensino médio sob a ótica de entidades acadêmicas da área educacional,” *Revista Brasileira de Educação*, vol. 24, p. 23, 2019.
- [15] P. P. Educacional, “A BNCC do ensino médio e os itinerários formativos.” Disponível em: <https://www.somoseducacao.com.br/solucoes/par-plataforma-educacional/>.
- [16] N. C. Amaral, “O "novo" ensino médio e o PNE. haverá recursos para essa política?,” *Revista Retratos da Escola, Brasília.*, vol. 11, pp. 91–108, 2017.
- [17] G. Frigotto, “O "novo ensino médio": traição à juventude que frequenta a escola pública,” 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/11/05/analise-o-novo-ensino-medio-traicao-a-juventude-que-frequenta-a-escola-publica>.
- [18] E. C. C. Eliana C.N.Koepsel, Sandra R.O Garcia, “A tríade da reforma do ensino médio brasileiro: Lei nº 13.415/2017, BNCC e DCNEM,” *Educação em Revista*, vol. 36, pp. 69–94, 2020.
- [19] BRASIL, *Diretrizes Curriculares Nacional para o ensino médio - Resolução CNE/CEB N°3, 21 de novembro de 2018*, 2018. [https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE\\_RES\\_CNECEBN32018.pdf](https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECEBN32018.pdf).
- [20] BRASIL, *Plano Nacional de Educação, Lei nº 13.005/2014*, 2014. Disponível em: <https://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>.
- [21] M. C. P. de Andrade; Vânia Cardoso da Motta, “Base nacional comum curricular e novo ensino médio: Uma análise a luz de categorias de florestan fernandes,” *Revista HISTEDBR- Online*, vol. 20, pp. 1–26, 2020.
- [22] M. T. P. Soares, “Análise de alguns aspectos da BNCC,” tech. rep., [basenacionalcomum.mec.gov.br/Parecer-Introdução - Relatório analítico](https://basenacionalcomum.mec.gov.br/Parecer-Introducao-Relatorio-analitico), 2020.
- [23] M. R. da Silva, “Currículo, ensino médio e BNCC - um cenário de disputas,” *Retratos da Escola*, vol. 9, p. 17, 2016.
- [24] BRASIL, “Tecnologias digitais da informação e comunicação no contexto escolar: possibilidades.” Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/implementacao/praticas/caderno-de-praticas/aprofundamentos/193-tecnologias-digitais-da-informacao-e-comunicacao-no-contexto-escolar-possibilidades>.
- [25] G. do Estado do Paraná Secretaria da Educação e do Esporte, *Caderno de Itinerários Formativos do Novo Ensino Médio, Ementa das Unidades Curriculares Ofertadas - 2023*, 2023. Correspondência eletrônica trocada com Professor entrevistado.

- [26] G. do Paraná, “Mapa geral - ciências da natureza e matemática..” Correspondência eletrônica adaptada trocada com Professor.
- [27] G. do Paraná, “Mapa geral - ciências humanas e linguagens..” Correspondência eletrônica adaptada trocada com Professor.